



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

MARIANA DA SILVA MOURÃO

ORGÂNICOS, POR QUÊ NÃO?
PROJETOS DE EXTENSÃO RURAL A PARTIR DOS OLHARES DE PESSOAS
RESIDENTES EM UM ASSENTAMENTO RURAL DA REFORMA AGRÁRIA.

BRASÍLIA
2013



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

MARIANA DA SILVA MOURÃO

ORGÂNICOS, POR QUÊ NÃO?
PROJETOS DE EXTENSÃO RURAL A PARTIR DOS OLHARES DE PESSOAS
RESIDENTES EM UM ASSENTAMENTO RURAL DA REFORMA AGRÁRIA.

Orientador: Guilherme José da Silva e Sá

Monografia de Graduação

BRASÍLIA
2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

MARIANA DA SILVA MOURÃO

ORGÂNICOS, POR QUÊ NÃO?
PROJETOS DE EXTENSÃO RURAL A PARTIR DOS OLHARES DE PESSOAS
RESIDENTES EM UM ASSENTAMENTO RURAL DA REFORMA AGRÁRIA.

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia Social pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

Data da Defesa: 06 de Março de 2013

Resultado: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Guilherme José da Silva e Sá – Orientador
(Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves
(Departamento de Sociologia/Universidade de Brasília)

BRASÍLIA, 2013

AGRADECIMENTOS

Aos encontros e desencontros que tornaram possível a realização deste trabalho.

A cada pessoa residente no Assentamento Rural Colônia I, Padre Bernardo (GO) que me acolheu em sua casa ou local de trabalho e, gentilmente, participou desta pesquisa.

À minha família pelo Amor e incansável dedicação sem os quais esta monografia não seria possível.

Ao professor Guilherme Sá pela orientação, parceria, paciência e motivação.

A Karenina Andrade pelas contribuições na etapa inicial desta pesquisa.

Ao Programa Universidades e Comunidades no Cerrado (UNICOM) que apoiou esta pesquisa. Sendo que este documento é resultado do Projeto “FLORELOS: Elos Ecosociais entre as Florestas Brasileiras: modos de vida sustentáveis em paisagens produtivas”, desenvolvido pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e possui o apoio financeiro da União Européia.

Às minhas queridas parceiras de Iniciação Científica (Carla Rocha, Kris Andrade e Iorrana Lisboa) pelos aprendizados, carinho e amizade que tanto tem me ajudado a ser uma pessoa melhor a cada dia.

A lô, novamente, pelas contribuições que a fazem, de certa maneira, co-autora desta pesquisa.

A cada amigo e amiga pela compreensão em relação às ausências que este trabalho requisitou.

E, finalmente, a Deus (em toda sua diversidade de nomenclaturas) por ser o Amor que me move e alegra cada um dos meus dias.

Gratidão a todos e a todas que contribuíram de alguma maneira para a realização desta pesquisa.

Pero la reforma agraria va de todas maneras va.

Carlos Puebla

RESUMO

As práticas agroecológicas são heterogêneas tanto em relação ao seu padrão tecnológico quanto às suas formas sociais. Realidade que tem oxigenado os debates acerca da questão agrária e do desenvolvimento sustentável no Brasil. Esta pesquisa objetiva analisar o modo como as práticas da extensão rural agroecológica da Universidade de Brasília tem sido percebidas por pessoas residentes no Assentamento Rural Colônia I, localizado no município de Padre Bernardo, Goiás. Contribuindo assim para o debate acerca das políticas públicas nacionais voltadas ao Desenvolvimento Sustentável e à Agroecologia.

Palavras-chave: Agroecologia, Extensão Rural, Agricultura Familiar, Questão Agrária, Alimentos orgânicos, Políticas Públicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Planejamento por Zonas	30
Figura 02: Mapa da Expansão da Fronteira Agrícola no Cerrado	34
Figura 03: Localização Geográfica do Assentamento Rural Colônia I	36
Figura 04: Sistema de Energia elétrica local	39
Figura 05: Quadro da relação “Ponto de Comercialização por Família Responsável”	46
Figura 06: Elias, produtor “convencional”, aplicando agrotóxicos em sua plantação	78
Figura 07: Preparo de agrotóxicos	78
Figura 08: Produção de alimentos orgânicos de Osmar	79
Figura 09: Parcela rural de Osmar: produção, casa de barro em construção e estufa ao fundo	79
Figura 10: Regador que Antônio utilizava para irrigar sua produção “convencional” antes de adquirir poço artesiado	80
Figura 11: Casa de Antônio	80
Figura 12: Antônio mostrando a doença da goiaba ao explicar porque utiliza agrotóxicos	81
Figura 13: Fotos do período inicial do Assentamento mostradas por Antônio ..	81
Figura 14: Caminho entre as parcelas rurais do Assentamento Rural Colônia I e a parada de ônibus, crianças voltando da escola	82
Figura 15: Ônibus escolar	82
Figura 16: Região central de Monte Alto, Padre Bernardo (GO)	83
Figura 17: Região central de Brazlândia (DF)	83
Figura 18: Tomates orgânicos produzidos por Osmar	84
Figura 19: Cenouras orgânicas vendidas por Deusmar	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I - O percurso agroecológico no Assentamento Rural Colônia I	14
1.1- Agroecologia: campo disciplinar, prática política	16
1.2 – Extensão Rural Agroecológica da Universidade de Brasília no Assentamento Rural Colônia I: a perspectiva dos assentados/as.....	24
CAPÍTULO II – Cerrado Rural Contemporâneo	32
2.1 Cerrado, agricultura: a produção do espaço	33
2.2 Ambientalização dos agricultores e agricultoras?	42
CAPÍTULO III – Produção de alimentos orgânicos: uma questão de políticas públicas	49
3.1 - A (não) adoção das técnicas agroecológicas	51
3.1.1-O fator econômico	57
3.2 – Extensão e Assistência Técnica Rural	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
ANEXOS	77

INTRODUÇÃO

Quando você vai ao “campo” – especialmente quando se trata de um Assentamento Rural da Reforma Agrária – geralmente vai com algumas idéias pré-concebidas. Eu, quando fui à primeira vez ao Assentamento Rural Colônia I, Município de Padre Bernardo, Estado de Goiás, não sabia exatamente o que iria encontrar. Mas tinha a expectativa de que encontraria pessoas parecidas com os assentados e assentadas da reforma agrária, protagonistas de algumas das histórias que minhas amigas ativistas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Rio de Janeiro – MST/RJ contavam.

Havia muitas histórias sobre ocupações, encontros com a polícia, crimes contra os direitos humanos, além da poesia sonora que nos encantava, que nos inspirava quando escutávamos o disco “Arte em Movimento” produzido pelo MST.

Há neste disco uma música, em especial, que talvez traduza minha motivação quando decidi realizar pesquisa acadêmica em um Assentamento Rural. A música chama-se “Causa Nobre” e não poderia ter título mais apropriado, pois era isso o que eu procurava no estudo de uma comunidade de agricultores/as beneficiários/as da reforma agrária: procurava uma causa nobre para descrever e talvez para defender.

Não procurava apenas registrar fatos que revelassem o descaso do Estado para com a população local, procurava principalmente saberes tradicionais. Não sabia exatamente quais saberes buscava observar, mas era certamente algo parecido com as práticas de rezadeiras, parteiras, curandeiras, dançarinos de caatira e, de certa forma, não encontrar esses elementos em campo (no “campo”) foi a minha maior frustração de pesquisa.

Eu não estava procurando pessoas parecidas comigo no Assentamento Rural Colônia I, mas foi exatamente o que encontrei lá. O “campo” mudou e está muito mais parecido com a “cidade” do que a maioria de nós imagina.

O “camponês” que reside no Assentamento Rural Colônia I não está isolado da “cidade” (me pergunto se algum dia já estive). Muitos dos “camponeses” e “camponesas” que participaram da minha pesquisa trabalham na “cidade”, ou seja, freqüentam-na diariamente. A maioria deles/as acorda pela manhã –às vezes antes do nascer do sol- utiliza transporte público ou transporte próprio e vai até os centros

urbanos. Centros que neste contexto significam Brazlândia/DF, Taguatinga/DF e Brasília/DF onde trabalham em ocupações diversas.

Algumas dessas pessoas trabalham na agricultura orgânica ou agricultura convencional: própria ou de terceiros, outras são empregadas domésticas, pedreiros, vendedores, motoristas... Enfim, pessoas com ocupações profissionais variadas ligadas algumas vezes ao mercado informal outras ao mercado formal, porém com a característica comum de exercerem funções ou assumirem cargos vinculados a uma escolarização de nível fundamental e médio, portanto, de baixa¹ remuneração se comparada, por exemplo, às expectativas econômicas de ganho praticadas por cientistas sociais como nós. Então, seria essa uma urbanização (periferização) das áreas rurais ou talvez fim do rural?

Ao abandonar neste trabalho a idéia de que há um rural singular e adotar a perspectiva de Brandenburg (2011) que aponta para a noção de que há ruralidades e que é, portanto, necessário ao pesquisador/a qualificar o rural de que se fala. Pretendo em minha análise aproximar os lugares “campo e cidade”, os estereótipos “camponês e urbano” refletindo acerca das noções centro e periferia, porém sem cair na perspectiva fatalista do fim do rural ou de uma mera criação de novas periferias.

Ao desconstruir algumas de minhas idéias pré-concebidas em campo tenho confirmado que os caminhos para trabalhos como o meu residem na compreensão de que vivenciamos um processo de reinvenção do rural, que não é novo, mas talvez seja ignorado por alguns e algumas de nós.

No Assentamento Rural em questão desde os anos iniciais de sua formalização houve contato intenso com a extensão rural agroecológica da Universidade de Brasília. Acontecimento esse muito relevante para os caminhos trilhados no local. O Projeto de Assentamento Colônia I foi criado em 1996, entretanto, a área foi ocupada em 1994, cabendo citar que:

O primeiro contato entre Universidade de Brasília e Assentamento Colônia I se deu em 2000 quando João Batista e Márcia Pereira, jovens do Assentamento, participaram do Curso de Extensão e Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos da Reforma Agrária, EDUCAMP, projeto aplicado pela parceria GTRA e Faculdade de Educação da UnB, junto ao Incra e à Embrapa. (JACINTHO, 2007:74)

¹ Ao referirem-se a cifras, em geral, as pessoas apontaram valores entre um e dois salários mínimos por família.

A partir do ano de 2000 foram desenvolvidos no local projetos de extensão rural vinculados, inicialmente, ao Grupo de Trabalho em Reforma Agrária da Universidade de Brasília – GTRA²/UnB e, após, ao Grupo de extensão rural “PEQUISAÇÃO³”, vinculado à Faculdade UnB de Planaltina – FUP/UnB. Desse modo, tendo em vista o fato de o local de pesquisa ser privilegiado, por nele terem sido desenvolvidos, a partir de 2000, vários projetos de extensão rural, e levando em consideração o entendimento de que tais projetos de extensão rural agroecológica estão em diálogo com a atual circunstância histórica da extensão rural brasileira, em que as práticas agroecológicas têm sido difundidas por extensionistas rurais e estimuladas pelo Governo Federal, através da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (THEODORO, DUARTE E ROCHA, 2009).

Cabe questionar como as práticas agroecológicas desenvolvidas por extensionistas rurais têm sido entendidas pelos assentados e assentadas afetados por essas políticas? Quais as dificuldades ou impedimentos encontrados para a produção de alimentos orgânicos no local? Sobre as técnicas agrícolas agroecológicas interessa saber se estas já eram conhecidas pelos/as produtores/as antes do contato com a extensão rural? Pode-se dizer que a produção de alimentos orgânicos têm sido uma prática sustentável, no sentido de garantir a sustentabilidade do ambiente e dos agricultores e agricultoras residentes no local? Quanto aos assentados que não produzem alimentos orgânicos, o que garante o sustento socioeconômico dessas famílias? Como as políticas públicas têm atuado na resolução dessas questões?

São, portanto, estes questionamentos associados não apenas à perspectiva das quatro famílias que produzem alimentos orgânicos no local, mas especialmente relacionados aos pontos de vista das outras dezenove famílias que não produzem alimentos orgânicos o foco desta investigação.

Cabe mencionar que para além dessas problematizações é importante considerar neste trabalho o conceito de Agroecologia associado à idéia de *redes sociotécnicas* e o *princípio de simetria* propostos por Latour (1994). Este conjunto

² O GTRA foi criado em junho de 1996 e está ligado ao Decanato de Extensão da Universidade de Brasília. Possui na equipe técnica profissionais das áreas de Agronomia, Pedagogia, Sociologia, Engenharia Florestal e Direito que pensam alternativas e desenvolvem projetos, buscando viabilizar um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/gtra>> Acesso em: 13/11/2012.

³ O PEQUISAÇÃO é um grupo de Extensão Rural ligado ao NEPEAS, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Agroecologia e Sustentabilidade localizado na Faculdade Universidade de Brasília de Planaltina- FUP/UnB.

de técnicas agrícolas não parte da intervenção humana sobre a natureza, enquanto pólos distintos gerando alimentos e capital, mas na co-habitação de espaços naturais-artificiais entre humanos e não-humanos, em que a produtividade dos sistemas agrícolas (agroecológicos) depende da observação dos processos de instabilidade inerentes a essas redes sociotécnicas – que congregam aspectos econômicos, sociais, climáticos, de solo etc – aproximando elementos ditos naturais de elementos ditos sociais. A opção metodológica desse projeto também é influenciada pela proposta de Donna Haraway(1995) sobre o exercício de uma etnografia localizada e corporificada, na qual os conhecimentos são permeados por múltiplas interações sociais e situados em múltiplas posições estruturadas por vários fatores, sendo a objetividade da pesquisa resultado de conexões parciais e de saberes localizados.

Este trabalho etnográfico consiste em um estudo de caso em que na fase inicial da pesquisa, foi realizado levantamento bibliográfico de trabalhos acadêmicos elaborados a partir de pesquisas desenvolvidas no Assentamento Rural Colônia I. Posteriormente foi desenvolvida observação participante, durante quatro meses, no curso de Introdução à Permacultura ofertado pelo Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília com o objetivo de melhor compreender a constituição da Agroecologia enquanto campo disciplinar, bem como a utilização genérica de sistemas agroflorestais, ou seja, sistemas de plantio agroecológico, em propriedades rurais.

Posteriormente houve o primeiro contato com os/as residentes do Assentamento Rural Colônia I, que se deu no Ponto de Comercialização de produtos orgânicos situado no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília, Distrito Federal. Em seguida, foi realizada uma visita exploratória ao Assentamento em um evento comemorativo do Dia da Biodiversidade organizado pelo Instituto Sociedade População e Natureza.⁴

⁴O Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) é um centro de pesquisa e documentação brasileiro, independente, sem fins lucrativos, fundado em abril de 1990 e sediado em Brasília. Seu objetivo central é contribuir para viabilização do desenvolvimento sustentável com maior equidade social e equilíbrio ambiental. Para tanto, realiza e promove a pesquisa científica, dissemina conhecimentos e estimula o intercâmbio entre pesquisadores/as e a sociedade. Ao mesmo tempo, subsidia a atuação de movimentos sociais e ambientais e a formulação de políticas públicas nas interfaces entre desenvolvimento, população e meio ambiente. Este trabalho foi financiado pela parceria ISPN/União Européia, contudo, este documento é de responsabilidade da autora não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição de seus doadores. Disponível em: <<http://www.ispn.org.br>> Acesso em: 10/11/2012.

Na etapa de trabalho de campo propriamente dita, que durou cerca de um ano, foram realizadas visitas ao Assentamento rural em Padre Bernardo (GO) e aos pontos de comercialização das famílias produtoras de alimentos orgânicos em Brasília (DF) em que foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 16 das 23 famílias beneficiárias do INCRA residentes no local. Além disso, aconteceram conversas informais com 05 famílias que não foram entrevistadas sistematicamente, mas participaram da pesquisa e algumas entrevistas semi-estruturadas a técnicos/as da extensão-rural universitária.

Este trabalho constitui-se por três momentos: o primeiro visa caracterizar o percurso agroecológico no Assentamento Colônia I identificando alguns dos principais pressupostos da Agroecologia e da extensão rural, bem como a avaliação dos/as assentados/as da reforma agrária pesquisados/as sobre a execução de projetos agroecológicos no local. O segundo busca situar o local de pesquisa tanto geograficamente quanto como protagonista de um projeto de desenvolvimento rural nacional. E o terceiro visa analisar as problemáticas do desenvolvimento sustentável; da adoção técnica da Agroecologia por assentados/as rurais; bem como o papel dos agentes de desenvolvimento rural no processo de transição agroecológica.

Deste modo espera-se que seja possível compreender porque, apesar do desenvolvimento de projetos de extensão de base agroecológica que resultou na criação de um grupo de produtores orgânicos no Assentamento Rural em questão, a maioria das famílias residentes no local não produz mediante técnicas de produção agroecológica.

CAPÍTULO I - O percurso agroecológico no Assentamento Rural Colônia I

Ao chegar à aula de Introdução à Permacultura em uma sexta-feira às 08:00 deparei-me com uma situação curiosa. Apesar de a Agroecologia ter: “*uma natureza social, uma vez que se apóia na ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil vinculados ao manejo dos recursos naturais, razão pela qual é também, neste sentido, sociológica*”(GUZMAN, 2002:18), no curso de Permacultura, pautado por princípios permaculturais e agroecológicos, quase não havia estudantes das Ciências Sociais ou mesmo de outras áreas das Humanidades.

Durante a apresentação dos/as estudantes, percebi que os mais interessados/as nas práticas agroecológicas, naquele semestre da Universidade de Brasília, eram estudantes das ciências agrárias, o que foi para mim uma surpresa frente à perspectiva transdisciplinar que permeia tanto a Agroecologia quando à Permacultura. Mas, certamente, não seria uma surpresa para Little (2006) que ao referir-se à Ecologia Política sugere que:

Na contramão de muita da literatura sobre transdisciplinaridade, afirmo que esse espaço não elimina as diferenças entre as distintas disciplinas e pode, até, realçá-las. Cada matriz disciplinar emprega seus conceitos e técnicas dentro do campo da ecologia política na procura de iluminar diferentes aspectos das relações ecológicas frente a novas realidades. (LITTLE, 2006:86)

Em analogia à proposta observada na Ecologia Política cabe pensar a Agroecologia em diálogo com Latour (1994), de maneira crítica, ao perceber que a força da separação de disciplinas em *zonas ontológicas distintas*, a compartimentalização disciplinar acadêmica, faz-se presente mesmo frente à proposta agroecológica da transdisciplinaridade.

Mesmo estando a Agroecologia em esforço para sair da lógica de *purificação*, esta a contagia. Não podendo, portanto, a Agroecologia ser considerada uma ciência pós-moderna (ou não moderna), mas talvez um *híbrido* de práticas científicas construídas a partir de um projeto moderno de mundo.

A disciplina não possuía um, mas uma equipe de professores. Todos/as relacionados de alguma maneira ao IPOEMA⁵. Os professores mais assíduos nas

⁵ Instituto de Permacultura: Organização, Ecovilas e Meio Ambiente é uma ONG que visa promover a os princípios da permacultura, tem sede em Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.ipoema.org.br>> Acesso em: 03/01/2013.

aulas eram três: dois da Engenharia Florestal e um da Nutrição. Logo na primeira aula Jacintho, que já desenvolveu pesquisa⁶ no Assentamento rural Colônia I, afirmou que aquela era uma atividade política com vias à construção de: *“sistemas ecologicamente corretos e economicamente viáveis”* (MOLLISON E SLAY, 1998:13).

No decorrer do semestre percebi que alguns estudantes que cursavam a disciplina atuavam na extensão rural. Havia membros de um grupo de Agroecologia chamado Tupã⁷, que sempre convidavam os outros estudantes para suas reuniões. Ao participar de uma dessas reuniões, expliquei meu interesse de pesquisa e perguntei o que aqueles/as entendiam por extensão rural. Logo, certo estudante da Engenharia Florestal, respondeu demonstrando que conhecia bem o assunto: *“A extensão rural é baseada na metodologia da pesquisa-ação. Nossas pesquisas levam em conta a construção participativa”*. Outro estudante indagou: *“Você é das Ciências Sociais, né? Você deve conhecer o Paulo Freire. A nossa perspectiva de educação ambiental é uma educação transformadora como a proposta dele”*.

Para além dos estudantes que se diziam ativistas do movimento estudantil universitário e esforçavam-se para me explicar a extensão rural agroecológica, que eram a maioria naquela reunião, havia uma estudante que sempre remetia à noção de *“abordagem holística”*. Para ela não era preciso fazer parte de um movimento social para mudar o mundo, pois a transformação é *“individual e depois coletiva, micro e depois macro, local e depois global”*. Parti, então, para a busca sobre o que seria a *pesquisa-ação*, a *educação transformadora* e a *abordagem holística* de que tanto falavam os/as agentes extensionistas observados e suas relações com as práticas agroecológicas.

1.1 Agroecologia: campo disciplinar, prática política

A extensão rural confunde-se historicamente com a assistência técnica rural. Há predominantemente dois paradigmas vigentes: o da Difusão e o Sistemático sendo o sistêmico uma “evolução” do modelo sistemático (MACHADO, HEGEDÜS e SILVEIRA, 2006).

⁶ JACINTHO, Cláudio Rocha dos Santos. A agroecologia, a permacultura e o paradigma ecológico na extensão rural: uma experiência no assentamento colônia I – Padre Bernardo – Goiás. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

⁷ Tupã: Turma Unida Pró Agroecologia. O grupo é uma iniciativa de estudantes da Engenharia Florestal com vistas à promoção de práticas agroecológicas.

O paradigma da Difusão centra-se em uma perspectiva mais “tradicionalista” voltado para a incorporação de tecnologias na agricultura em diálogo com a perspectiva da “Revolução Verde”:

A Revolução Verde fundamentava-se na melhoria do desempenho dos índices de produtividade agrícola, por meio da substituição dos moldes de produção locais ou tradicionais, por um conjunto bem mais homogêneo de práticas tecnológicas; essas práticas incluem variedades geneticamente melhoradas, muito exigentes de fertilizantes químicos de alta solubilidade, agrotóxicos com maior poder biocida, irrigação e motomecanização. Esse conjunto tecnológico, também chamado “pacote tecnológico”, forneceu, na Europa e nos EUA, as condições necessárias à adoção em larga escala dos sistemas monoculturais. (EHLERS, 1996: 32)

A “Revolução Verde” influenciou de modo determinante as práticas agrícolas brasileiras hegemônicas nos dias atuais, em especial no *agronegócio*, mas também na agricultura familiar. De acordo com dados do DIEESE (2011:183) o percentual de sistemas agroflorestais corresponde no Censo Agropecuário do IBGE de 2006 a apenas 3,6% dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar. Já as lavouras correspondem a 22 %, o que demonstra a grande adesão dos/as agricultores/as familiares à agricultura de base não-orgânica. Este fato pode ser atribuído às inovações tecnológicas decorrentes da Revolução Verde, pois os “pacotes tecnológicos” resultaram do desenvolvimento de fertilizantes químicos e agrotóxicos e foram largamente incentivados pelo Estado brasileiro em políticas agrícolas voltadas para a agricultura familiar e para o *agronegócio*.

No Assentamento Rural Colônia I logo após o assentamento das famílias, que aconteceu em 1996, houve a tentativa de implementação de “pacote agrícola” inspirado pelo modelo de produção agrícola da Revolução Verde que era (e muitas vezes ainda é) utilizado pelas Empresas de Assistência Técnica Rural (EMATERs). Das inovações possibilitadas pela Revolução Verde talvez a de maior adesão dos assentados/as locais foram os fertilizantes químicos, utilizados especialmente devido à baixa qualidade do solo de algumas áreas. Neste modelo produzia-se principalmente como afirma Sr. Antônio: “*cana-de-açúcar, mandioca e gado de leite*”.

A produção foi financiada pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária- PROCERA e resultou em endividamento coletivo dos envolvidos. De acordo com Sr. Teobaldo essa dívida deveria ser dívida entre assentados/as, EMATER e INCRA já que o “pacote agrícola” foi imposto de cima para baixo.

O “pacote agrícola” não deu certo no Assentamento Rural Colônia I especialmente porque não houve cuidado para construir um projeto de manejo

levando em consideração a vocação familiar e as características ambientais do local. Um dos exemplos deste descuido por parte de técnicos/as é que no local há pouca oferta de água e no caso da criação de gado de leite a demanda por água é grande.

Nóbrega de Faria (2010) aponta que a demanda do gado de leite por água é variável podendo ir de 50 a 150 litros de água por dia sendo a quantidade de água resultado da lactação, ou seja, quanto mais um gado de leite produzir mais água beberá. Portanto, optar por um modelo de produção que depende tão diretamente da oferta de água abundante para seu sucesso em um contexto ambiental de escassez de recursos hídricos mostra que não foi realizado um diagnóstico adequado no local e, caso tenha sido realizado, foi desconsiderado na escolha pelo modelo produtivo estabelecido.

Após esse período tentou-se sem sucesso implementar, no local, a produção de maracujás, que segundo um agricultor era: *“uma boa idéia, mas surgiu uma praga e acabou com tudo”*. O agricultor acredita que até hoje aqueles/as que segundo ele são agentes-técnicos da EMATER não descobriram qual praga foi aquela, pois foram levadas amostras para realização de testes na sede da entidade e até hoje ninguém retornou à comunidade para explicar o porquê do insucesso com a produção de maracujás.

Esse período inicial do Assentamento Rural Colônia I pode ser caracterizado como um momento de predominância do paradigma Difusionista/Reducionista⁸ de Extensão e Assistência Técnica Rural, entretanto, no ano 2000, João Batista e Márcia participaram de um curso de extensão rural oferecido pelo Grupo de Trabalho da Reforma Agrária da Universidade de Brasília-GTRA/UnB que se baseou na *“metodologia da formação em processo e teve como objetivo formar assentados para atuarem como educadores-mobilizadores em suas comunidades, na promoção do desenvolvimento sustentável”* (VILLAS-BOAS, 2005:33 *apud* JACINTHO, 2007: 74).

Atualmente Márcia participa do Grupo Sabor do Cerrado (GSC), grupo de preparo de alimentos protagonizado pelas mulheres do Assentamento rural Colônia

⁸ “No paradigma Difusionista o técnico focaliza seu trabalho em um componente específico da propriedade rural. Não há uma visão de sistema. A idéia central é como transmitir melhor a mensagem”. (Deponti e Almeida, 2008:643)

I, e tornou-se mediadora junto à Cooperativa Central do Cerrado⁹, local em que desenvolve atividades profissionais.

Quanto a João Batista este é uma das principais lideranças pró Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável do local. Foi presidente da Associação de Produtores do Assentamento Colônia I. Candidatou-se a vereador pelo Município de Padre Bernardo, Goiás defendendo as causas agrícolas e ambientais e, devido sua representatividade política, mesmo perdendo as eleições foi nomeado secretário de agricultura do mesmo município. O objetivo do EDUCAMP, possibilitar que assentados/as da reforma agrária atuassem como agentes da promoção do Desenvolvimento Sustentável em suas comunidades foi alcançado. Entretanto, o que seria uma metodologia de *formação em processo*?

A passagem no Assentamento Rural Colônia I de um paradigma de extensão rural Difusionista para um Paradigma Sistêmico implica em uma mudança na perspectiva de que cursos de capacitação resultam em *transmissão de conhecimento* para a perspectiva de que há, na verdade, um *processo de formação*. Sobre isso é importante considerar que:

Na América Latina, Freire (1973) reagiu contra este enfoque reducionista. Questionou o conceito de extensão (“educação bancária” na sua concepção), e indicou novos papéis para o agente de mudanças, que deixando de lado a chamada neutralidade técnica pudesse comprometer-se com a realidade em que intervém, mediante processos de conscientização que abrangem todas as partes. (MACHADO, HEGEDÜS e SILVEIRA., 2006:643)

Neste sentido, apesar do educador Paulo Freire não utilizar os termos *paradigma sistêmico* ou *formação em processo*, ele pode ser considerado um dos precursores desta proposta em que o objetivo dos extensionistas e técnicos rurais não reside em “implementar” atividades produtivas ou “capacitar” agricultores e agricultoras, mas em propiciar o *empoderamento* dos produtores/as locais nos diversos âmbitos de suas vidas (MACHADO, HEGEDÜS e SILVEIRA, 2006)

O paradigma sistêmico de extensão rural que pode também ser categorizado como *holístico*, pois se caracteriza pela observação de uma totalidade integrada por inter-relações entre as partes do todo, leva-nos à perspectiva de

⁹ A Central do Cerrado é uma central de cooperativas sem fins lucrativos estabelecida por 35 organizações comunitárias de sete estados brasileiros (MA, TO, PA, MG, MS, MT e GO) que desenvolvem atividades produtivas a partir do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado. Funciona como uma ponte entre produtores comunitários e consumidores. Disponível em: <<http://www.centraldocerrado.org.br>> Acesso em: 14/12/2012.

educação transformadora apontada por um dos participantes da reunião do Grupo de Agroecologia Tupã. As trajetórias de João e Márcia sugerem que houve um processo de *empoderamento* individual-coletivo a partir da participação destes dois assentados no EDUCAMP.

Partindo-se do aprendizado e da atuação política de duas pessoas foram impulsionadas mudanças nas práticas sociais do Assentamento Rural enquanto coletividade como, por exemplo, a reorganização estatutária da Associação de produtores/as local, a produção e preparo de alimentos orgânicos com finalidade comercial por algumas famílias e a construção de um local que funciona como sede da Associação local. Neste sentido, é pertinente compreender as interações entre pessoa e coletivo partindo do indivíduo para o todo ou esta interação acontece de modo dialógico? Cabe voltar a essa questão após compreender como a extensão rural passou de sistêmica à agroecológica.

Como sugere Caporal (2009:15-16), a Agroecologia: *“não é, necessariamente, uma abordagem nova, mas é sem dúvida, a base de um novo paradigma para a agricultura e o desenvolvimento rural.”* Sendo, portanto, a base científica para uma agricultura sustentável (GLIESSMAN, 2000) e (GUZMAN,1998). A Agroecologia:

fortalece e se alimenta de um novo paradigma de desenvolvimento. Reconhece e se nutre de saberes, conhecimentos e experiências dos atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno e sociocultural, na perspectiva de avançar em direção a patamares de crescente sustentabilidade. (CAPORAL E COSTABEBER, 2002:10,grifos meus)

Cabe ainda ressaltar que a Agroecologia se situa na categoria de novos movimentos sociais ou novo atores (TOURAINÉ, 1997). *“Novos no sentido de que: questionam o paradigma convencional de produção agrícola e constroem relações sociais a partir de um projeto de vida em que natureza e cultura não se opõem”*(BRANDERBURG,2011:129) .

A noção de que as práticas agroecológicas são mais do que um conjunto de técnicas agrícolas ecológicas, pois apresentam um projeto de mundo que busca patamares de crescente sustentabilidade, pode nos levar na direção da discussão proposta pela Permacultura onde:

Os humanos possuem o diferencial da autoria, projetamos – somos autores do nosso *design* e, partindo de um único objetivo podem ser feitos diferentes *designs*, o que depende também de quem está fazendo. Na permacultura o ambiente “dirá” como ele deve ser moldado, cabe ao

permacultor fazer a leitura do sistema e confeccionar o projeto.
(HENDERSON, 2012:72)

A Agroecologia é, algumas vezes, diferenciada conceitualmente da Permacultura ao dizer-se que essa seria uma ciência preocupada, exclusivamente, com as técnicas de manejo agrícola, entretanto, na perspectiva de Altieri já no fim dos anos 1980: *“A agroecologia vê os sistemas produtivos como unidade, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são investigadas e analisadas como um todo”* (ALTIERI, 1989:18).

É a partir da idéia de que o ser humano projeta o ambiente moldando-o de acordo com suas práticas, projetos de vida, desejos. Desenhando-o de acordo com sua *agência*, que nos termos de Ortner (2007:380): *“não é uma vontade natural ou originária, ela é moldada enquanto desejos e intenções específicas dentro de uma matriz de subjetividade- de sentimentos, de pensamentos e significados culturalmente construídos”*; que se pode compreender a extensão rural agroecológica enquanto:

Um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam ao desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo. (CAPORAL, 2003:05 *apud* THEODORO, DUARTE e ROCHA, 2009:31-32)

Tendo como base a concepção de extensão rural agroecológica utilizada por Francisco Caporal (2003) chega-se à noção de que há sujeitos políticos do processo de desenvolvimento rural que devem ser levados pela extensão rural a atuar conscientemente sobre a realidade com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento *socialmente equitativo e ambientalmente sustentável*, ou seja, há nesta perspectiva a valorização do papel ativo dos sujeitos envolvidos na extensão rural, em especial o papel dos agentes-técnicos ou agentes-extensionistas, identificados por Deponti e Almeida (2008) como *agentes do desenvolvimento* que possuem duplo papel: papel de “porta-voz” dos conhecimentos técnico-científicos e de mediadores entre “conhecimentos técnico-científicos” e “conhecimentos-populares”.

Ao mediar um curso de capacitação o agente-técnico-extensionista vê-se confrontado com a necessidade de dar conta de uma série de expectativas: as expectativas dos assentados/as, da Agência financiadora, da Organização não-governamental ou Instituição Pública que paga sua bolsa de técnico-extensionista, além de suas próprias expectativas; intencionalidades estas que não necessariamente são convergentes.

Neste sentido, em analogia à atuação dos agentes-técnicos-extensionistas, não cabe considerar que o processo de *empoderamento* dos assentados se dê do micro ao macro, do indivíduo para a coletividade, pois estes indivíduos –no caso da problemática abordada aqui Márcia e João- não participaram do curso EDUCAMP destituídos de seus coletivos, assim como os agentes-técnicos não o fizeram.

Ao entrevistar Sr. Algemiro, pai de João, constatei que este já conhecia o plantio sem utilização de agrotóxicos antes da atuação da extensão rural agroecológica no Assentamento Rural Colônia I. Sr. Algemiro contou-me a história de um problema de saúde que adquiriu, devido o trabalho que realizou em uma fazenda que produzia alimentos mediante utilização de agrotóxicos. Foi com bastante orgulho que Sr. Algemiro mencionou ter trabalhado incansavelmente para que João pudesse nas palavras dele: *“fazer os cursos e melhorar as coisas pra ele e pra nós”*

Ora, ao participar do curso EDUCAMP João não era apenas um indivíduo movido por desejos íntimos, sem implicações do “coletivo” ao qual pertence. Certamente João não refletia apenas o desejo de seu pai ou vontade de segundo ele: *“contribuir para melhorar a realidade do local”*. O processo de *empoderamento* protagonizado por João imbricou a interação entre pessoa e coletivo (indivíduo e coletividade) onde não há sobreposição permanente entre um e outro, mas relações constantes e instáveis em que algumas vezes os projetos subjetivos da pessoa, construídos culturalmente, marcam de modo mais forte o agenciamento e outras vezes os projetos subjetivos do “coletivo”, ao qual esta pessoa faz parte, marca de modo mais determinante o processo de agenciamento.

Ao afirmar que ambos os projetos, de pessoa e de coletivo, são subjetivos entendo por subjetividade o *“conjunto de modos percepção, afeto, desejo, pensamento, medo e assim por diante que animam os sujeitos, mas sem deixar de*

observar as formações culturais e sociais que modelam, organizam e provocam esses modos de pensamento, desejo” (ORTNER, 2007: 376)

Fatores não de uma subjetividade “individualizante”, mas socialmente organizada condicionam o processo de *empoderamento*. Ou seja, quando a estudante extensionista com a qual conversei comentou que para ela a transformação social é primeiro *individual e depois coletiva, micro e depois macro, local e depois global* talvez ela não tenha se atentado para o fato de que essas separações são também construções que caracterizam a pessoa (agente) separada de seu coletivo (redes) e que ao investir na perspectiva da extensão rural agroecológica que se pretende dissipadora dessas separações talvez seja mais apropriado pensar os processos de *intervenção de caráter educativo-transformador* como propostos por Caporal (2003) a partir da noção de que estas transformações sociais desejadas possuem caráter individual-coletivo, micro-macro, local-global simultânea e dialogicamente.

Discutir a noção de *empoderamento* não é importante apenas porque permite iluminar a compreensão proposta por Deponti e Almeida (2008) de que o desenvolvimento não é algo exógeno, de fora pra dentro, e que se materializa por meio de projetos ecossociais financiados por entidades diversas, mas que as comunidades locais possuem projetos próprios e que o desenvolvimento possui também caráter endógeno, de dentro pra fora. É importante discutir tal noção porque permite expandir essa visão para uma perspectiva de que o desenvolvimento pretendido pela extensão rural agroecológica não é nem exógeno, nem endógeno, mas “exo-endógeno” ou “endo-exógeno”.

O processo de *empoderamento* de agricultores e agricultoras no Assentamento Rural Colônia I, por meio da extensão rural agroecológica, tem se dado pela incorporação de discursos acerca a noção de sustentabilidade e, principalmente, pela transformação de agricultores em técnicos. Agentes locais tem se tornado agentes-técnicos, ou seja, *agentes de desenvolvimento rural sustentável*.

Além de dois assentados, que já concluíram estudos técnicos voltados para a área da agricultura com ênfase em desenvolvimento sustentável, há pelo menos outras duas pessoas empreendendo estudos na área agrícola, direcionado para a área de agroecologia, com o objetivo de adquirir conhecimentos técnicos a fim de dar suporte mais qualificado às práticas produtivas da comunidade e, especialmente, às práticas de suas famílias.

Este processo de incorporação de saberes técnico-científicos tende a resultar no surgimento de agricultores-técnicos, agricultores-cientistas, ou seja, pessoas que apresentam-se ora como filhos/as de assentados/as ora como técnicos e cientistas. Esta *hibridização* entre saberes locais e científicos compreende um exemplo da idéia de *empoderamento* buscada pela extensão agroecológica. Outro processo de *empoderamento* que aconteceu no local foi o processo de tomada de decisão em que foi consensuado entre os assentados/as que cada produtor/a produziria em sua parcela rural individual.

Esta decisão foi definida em uma reunião que segundo João Batista: “*foi até altas horas da madrugada, em que discutimos até chegar ao que seria melhor para todos*”. O que compreendo indicar é que a decisão foi tomada coletivamente e de modo endo-exógeno, ou seja, com a contribuição dos *aprendizados* construídos por meio da extensão rural agroecológica, mas sem a presença física de técnicos/as da extensão rural em um processo em que os assentados/as se *empoderaram* e se apropriaram de um modelo de processo de tomada de decisões utilizado em reuniões da extensão rural agroecológica .

As políticas de desenvolvimento rural que se propõem a elaborar estratégias de desenvolvimento sustentável utilizam recorrentemente a expressão empoderamento em suas metas e objetivos. Mas não basta citar a expressão, é necessário caracterizar tanto esse empoderamento quanto esse desenvolvimento como resultado de inter-relações de diferentes agenciamentos. No caso do processo de desenvolvimento “endo-exógeno” da extensão agroecológica ao qual me refiro não se pretende apenas que técnicos/as considerem a vocação familiar e as característica ambientais locais no momento de realizar ou executar projetos ecossociais, almeja-se que os próprios agentes-locais a partir de um processo de aprendizagem passem por um processo de empoderamento, participem da confecção dos projetos de desenvolvimento local em parceria com os agentes-técnicos-extensionistas e, posteriormente ,que se tornem eles e elas próprios/as agentes do desenvolvimento construindo projetos e articulando soluções a partir das práticas e vivências locais associadas aos conhecimentos produzidos anteriormente em processos de extensão rural agroecológica.

Caso o processo de desenvolvimento local não aconteça de modo endo-exógeno compreendo que a extensão rural agroecológica estará condicionada a não alcançar o objetivo observado por Caporal e Costabeber (2002:10) de: “*avançar em direção a*

patamares de crescente sustentabilidade”. Tendo em vista que a sustentabilidade dos agricultores e agricultoras, nos termos propostos pela Agroecologia, não é capaz de emergir frente uma conjuntura de dependência destes/as em relação à Universidade, ONGs, Órgãos governamentais. Trata-se de uma perspectiva *emancipatória*.

1.2 Extensão Rural Agroecológica da Universidade de Brasília no Assentamento Rural Colônia I: a perspectiva dos assentados/as

É pertinente investigar o que assentados e assentadas da reforma agrária entendem por sustentabilidade já que *“vários tem sido os trabalhos que apontam para uma imprecisão conceitual e operacional do desenvolvimento sustentável, salientando que o mesmo pode atender diferentes fins e interesses”* (DUARTE, 2002:13).

De acordo com Bursztyn (2001:59): *“não é possível encarar hoje o desafio do desenvolvimento sem o qualificarmos como sustentável”*. Todavia, este desenvolvimento sustentável pretende-se sustentável para quem?

Talvez o momento em que os conceitos e práticas agroecológicas e de desenvolvimento sustentável foram desenvolvidos de maneira mais sistematicamente organizada pela extensão rural agroecológica no Assentamento Colônia I, Padre Bernardo, Goiás, tenha sido o Curso de Capacitação em Permacultura. Uma das atividades do PPPECOS¹⁰, que - de acordo com Jacintho (2007)- teve duração de 56 horas-aula, sendo 14h por fim de semana, aos sábados das 9h às 17h e aos domingos de 8h às 16 h, sendo o horário, bem como dinâmica do curso, definidos com base na metodologia da *construção participativa*.

Alguns assentados/as fizeram críticas ao Curso de Permacultura, em especial às técnicas de bioconstrução apresentadas. Cabe citar a fala de um assentado:

“Algumas pessoas gostaram do curso de permacultura, outras tiveram atrito. Várias pessoas desistiram. Bioconstrução, superadobe são um trabalho muito pesado. Há técnicas mais fáceis para fazer a casa com

¹⁰ O Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) foi criado para apoiar projetos de organizações não-governamentais e de base comunitária que desenvolvam ações que geram impactos ambientais globais positivos, combinados com o uso sustentável da biodiversidade. Disponível em: <<http://www.ispn.org.br/projetos/ppp-ecos-programa-pequenos-projetos-ecossociais>> Acesso em: 16/12/2012.

menos mão de obra. Construíram o tanque na associação sendo que lá não havia produção. Hoje o tanque não está sendo utilizado. Mas teve muita coisa boa também, hoje em dia o próprio IPOEMA assume que algumas técnicas são equivocadas, mas no geral a experiência foi muito rica.”

Foi recorrente a perspectiva por parte de alguns assentados/as quando questionados sobre suas avaliações acerca do curso em que as técnicas de bioconstrução eram muito parecidas com técnicas que já conheciam, mas agora estavam com outra nomenclatura. As bioconstruções remetiam para alguns a um passado que desejavam esquecer, uma memória de dificuldades financeiras vivendo em casas de barro vulneráveis às intempéries do clima. Já para outros as bioconstruções remetiam a um saudosismo da infância repleto de nostalgia e boas lembranças. Portanto, não é possível afirmar que conhecer previamente as técnicas de bioconstrução favoreceu ou dificultou a apropriação das técnicas apresentadas no curso de permacultura de modo genérico.

Creio que é possível generalizar quando se trata das reflexões de assentados/as acerca da intensidade do trabalho de construção das “biocasas” como desenvolvido naquela oportunidade. Este trabalho, para os entrevistados/as, exige elevado desgaste físico se comparado às construções de alvenaria utilizando blocos de concreto e pedras. Talvez tenha sido este um fator preponderante para a não-adoção das técnicas de bioconstrução, pois as atividades agrícolas orgânicas, em especial a agricultura orgânica de hortaliças, demandam mão-de-obra intensa, ou seja, atenção e dedicação diárias a cada etapa da produção dos alimentos orgânicos. Como seria possível conciliar as práticas agrícolas com a construção das “biocasas”? Para vários dos assentados/as entrevistados isso seria muito complicado.

Compreendo que talvez esta não seja uma questão de ambas as práticas serem antagônicas, mas do Curso de Permacultura não ter chegado a sua meta no que tange à promoção e disponibilização de técnicas de bioconstrução de modo adequado às intencionalidades locais. Ao analisar os projetos ecossociais contemplados pelo PPPEcos, Itacaramby (2009:16) analisa o Curso de Permacultura desenvolvido no Assentamento Rural Colônia I e afirma que: *“as técnicas repassadas foram consideradas de difícil apropriação e utilização futura e a metodologia adotada era pouco participativa”*

Um dos agentes-técnicos deste Curso de Capacitação ao reconhecer a pouca aplicação direta dos conhecimentos desenvolvidos no curso afirma que: *“as mudanças propostas pelo paradigma agroecológico são estruturais, ou melhor, estruturantes, de modo que sua verdadeira consumação só ocorrerá a médio/longo prazo acompanhada em paralelo por uma reformulação paradigmática”* (JACINTHO, 2007:124). Para ele este Curso de

Capacitação teria sido um “primeiro passo” para a uma mudança paradigmática que contou com a contribuição da Agroecologia e da Permacultura.

Não tenho dúvida de que foi um passo na incorporação de discursos sustentáveis para a vida dos/as assentados/as, pois além das técnicas de *bioconstrução* foram abordados outros temas como: a problematização teórica acerca da sustentabilidade, aspectos climáticos, de solo, florestais, além da implementação de uma composteira, plantio de viveiro florestal e noções sobre manejo de sistemas agroflorestais. É pertinente dizer que os aspectos “teóricos” do curso foram apropriados de maneira mais efetiva pelos participantes o que se evidencia ao perceber que é difícil ir, hoje, ao Assentamento Rural Colônia I e conversar com alguém, mesmo aqueles/as que não estão envolvidos com a produção de orgânicos, que desconheça as idéias que carregam palavras como “sustentabilidade”, “orgânicos”, “conservação ambiental”. A maioria, pelo contrário, possui discursos elaborados acerca de tais conceitos.

Há, certamente, um incômodo por parte dos assentados rurais entrevistados em relação à baixa adoção de algumas das principais técnicas abordadas no Curso de Permacultura, em especial em relação ao tanque de ferrocimento¹¹. O tanque foi definido por um dos agricultores locais como “*um Monumento do Assentamento Rural*”. Pois este reservatório de água foi construído em propriedade que compreende a sede da Associação, lugar onde, atualmente, não há produção agrícola. A construção do tanque de ferrocimento neste local foi resultado de um período na história do Assentamento Rural Colônia I em que os assentados/as envolvidos com a produção de orgânicos trabalhavam em uma Horta Comunitária na sede da Associação, período este que antecedeu o Curso de Permacultura.

De acordo com alguns assentados/as envolvidos no processo de extensão-rural-agroecológica havia, desde o início, a expectativa de que a produção seria comunitária para que se efetivasse o processo de *aprendizagem* do manejo agrícola agroflorestal e, posteriormente, cada um passaria a produzir em sua parcela rural individual. Entretanto, este desejo de produzir individualmente num futuro breve por mais que implícito para vários agricultores/as desde o início do processo de construção da Horta Comunitária é permeado por relações complexas. Tendo em vista a perspectiva, já presente naquele momento, de que alguns agricultores desejavam produzir individualmente no futuro caberia talvez construir o tanque de ferrocimento na parcela rural de um agricultor específico, contudo quem seria o

¹¹ Um tanque de ferrocimento é um reservatório utilizado para captação e armazenamento de água da chuva, possui custo inferior aos tanques de ferro convencionais e utiliza em sua estrutura ferro e cimento.

privilegiado com a construção do tanque em sua parcela rural? Como escolhê-lo? Para os agentes envolvidos naquele momento a melhor decisão foi construir o tanque de ferrocimento na Sede da Associação. Não objetivo, neste trabalho, questionar se esta foi ou não a melhor saída possível para a resolução deste problema, mas empreender uma reflexão acerca dos elementos que condicionaram esta escolha. Antes, contudo, de chegar a estes condicionantes cabe compreender como surgiu o projeto da horta orgânica no local, que se relaciona a esta reflexão.

A horta orgânica comunitária foi resultado da parceria entre Universidade de Brasília, por meio do Grupo de Trabalho da Reforma Agrária- GTRA/UnB, e da Comunidade Local, por meio dos produtores e produtoras interessados em produzir orgânicos que depois (no ano de 2003) formariam o Grupo de Orgânicos “Vida e Preservação”-GVP. A articulação entre agentes técnicos e locais concorreu ao Edital Prêmio Petrobras em 2002 e foi contemplada com o valor de R\$ 20.000,00 financiados pela Petrobras e pela Universidade Solidária-Unisol. Montante este utilizado principalmente para capacitação e implementação de um viveiro florestal e horta orgânica, ambos comunitários.

Ao avaliarem o trabalho comunitário na horta orgânica naquele período houve um consenso¹² entre os assentados/as entrevistados/as de que o trabalho individualizado é mais adequado. Antônio Lourenço afirma que *"la lá, trabalhava e tinha gente que não fazia nada na horta comunitária, mas repartia igual"*. Para ele: *"bom é cada um em sua chácara."* Além dele Tereza pareceu emocionar-se ao lembrar que no período em que trabalhava na horta comunitária a renda era tão baixa que ela teve que ir trabalhar na “cidade”. Valdemir alertou para as dificuldades do trabalho comunitário relacionadas à convivência ao dizer que: *"hoje em dia até com esposa é difícil fazer sociedade"*. Entretanto Martin lembrou que: *"apesar dos pesares era divertido trabalhar junto com os outros"*.

As perspectivas dessas pessoas alertam para o fato de que há certo perigo analítico em considerar que o “trabalho comunitário” é sempre melhor do que o trabalho individual. A visão *comunitarista* associa-se em primeira análise à idéia de *solidariedade*, mas ao observar esta questão de modo mais profundo chegamos à noção de *interesse coletivo* expressa no trabalho de Marx e Engels (2007[1924]) em que os indivíduos se organizam socialmente, devido à necessidade que possuem de trabalhar. Necessidade esta que lhes é intrínseca. Neste sentido com o passar do

¹² Consenso apontado em minhas entrevistas, que foram realizadas em visitas individuais às casas das pessoas residentes no local.

tempo novas demandas são criadas e posteriormente supridas com o desenvolvimento das forças produtivas.

Tais necessidades não se mantêm estáticas, (re) configuram-se no sentido não apenas da sobrevivência, mas também da comodidade dos indivíduos. Surgiria, então, a partir daí a necessidade de relações sociais de trabalho cada vez mais complexas. Em situação “natural” os indivíduos seriam dominados pela necessidade de exercer sua força de trabalho no sentido de produzir seus meios de vida, mas a partir da criação de laços sociais, inicialmente familiares, as pessoas passariam a produzir para garantir a subsistência de outras pessoas. Posteriormente, o *interesse coletivo*- representado pelo Estado- obrigaria os indivíduos a exercerem uma função específica na convivência em sociedade.

Em relação à conjuntura de trabalho comunitário como o que aconteceu durante o período da horta orgânica comunitária no Assentamento Rural Colônia I compreendo que o *interesse coletivo* não se encontrava associado ao Estado, mas à idéia de “comunidade”. Uma forma de *contrato social* surgiu no sentido de possibilitar a produção agrícola orgânica através da horta comunitária. Este “trabalho comunitário” não foi resultado apenas da intencionalidade dos agentes-técnicos e agentes-locais, mas de uma determinada realidade macropolítica: a realidade das políticas que voltam seus editais para “comunidades” que sejam, em geral, entidades juridicamente constituídas.

A necessidade de possuir um número no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ para concorrer a projetos sociais (ecossociais) torna a convivência em “comunidade”, a formalização de grupos de assentados/as rurais em associações comunitárias ou cooperativas mais do que uma escolha dos agentes: uma necessidade burocrática. Tendo em vista que no caso do Assentamento Rural Colônia I o recurso financeiro captado não foi suficiente para o desenvolvimento de planos de manejo de alimentos orgânicos individualizados em cada uma das unidades produtivas envolvidas no processo o trabalho comunitário foi uma necessidade.

Ou seja, desde a formulação de editais de projetos ecossociais (como os contemplaram o Colônia I) as idéias de “trabalho comunitário” ou “comunidade” fazem-se presentes. Tal idéia pode vincular-se à escassez de recursos associada a uma *racionalidade instrumental* que visaria contemplar o maior número de assentados/as com o menor dispêndio de recursos valorizando o aspecto da

eficiência gerencial ou mesmo a idéia de melhor custo x benefício. Entretanto, certamente, está também presente neste contexto a ideologia de valorização do *comunitarismo*. Perspectiva que aponta para a noção de que “os valores de *solidariedade, da reciprocidade e os laços comunitários irão prevalecer, naturalmente, sobre as leis do mercado*” (MACEDO, 2005:04).

Além da perspectiva de um agricultor entrevistado que afirmou: “*seria melhor ter produzido cada um em sua chácara desde o início, pois só de ir até a Associação já era um trabalho a mais*”, é importante considerar as orientações para a confecção de um *design permacultural*, abordagem que influenciou marcadamente a prática dos agentes-técnicos-extensionistas da extensão agroecológica que atuaram no Assentamento Rural Colônia I. Nesta perspectiva, o mais apropriado seria produzir hortaliças em uma zona mais próxima ao local de moradia do produtor ou produtora, pois esta prática agrícola exige cuidados constantes com a produção.

Na permacultura há um conceito denominado *planejamento por zonas* (MORROW, 1993) e (MOLLISSON e SLAY, 1998). Este planejamento trata de posicionar os elementos em uma propriedade rural de acordo com sua frequência de utilização.

No caso de uma parcela rural, por exemplo, a *zona zero* compreenderia a casa do agricultor ou agricultora, a *zona 01* aquilo que é intensivamente utilizado como pequenos jardins, estufas, pequenos animais, pequenas árvores. A *zona 02* acomodaria aquilo que ainda é mantido intensamente, com plantio denso: pomares, árvores um pouco maiores, plantios que utilizem sistemas de irrigação por gotejamento como a produção de hortaliças orgânicas do Assentamento Rural Colônia I. Na *zona 03* encontrar-se-iam pomares não-podados, pastagens e animais maiores como o gado, plantas que atuem como quebra-ventos e árvores maiores. E, por fim, na *zona 04* que é caracterizada como área semi-manejada o produtor ou produtora atuaria com pouca frequência para manejar, por exemplo, madeira.

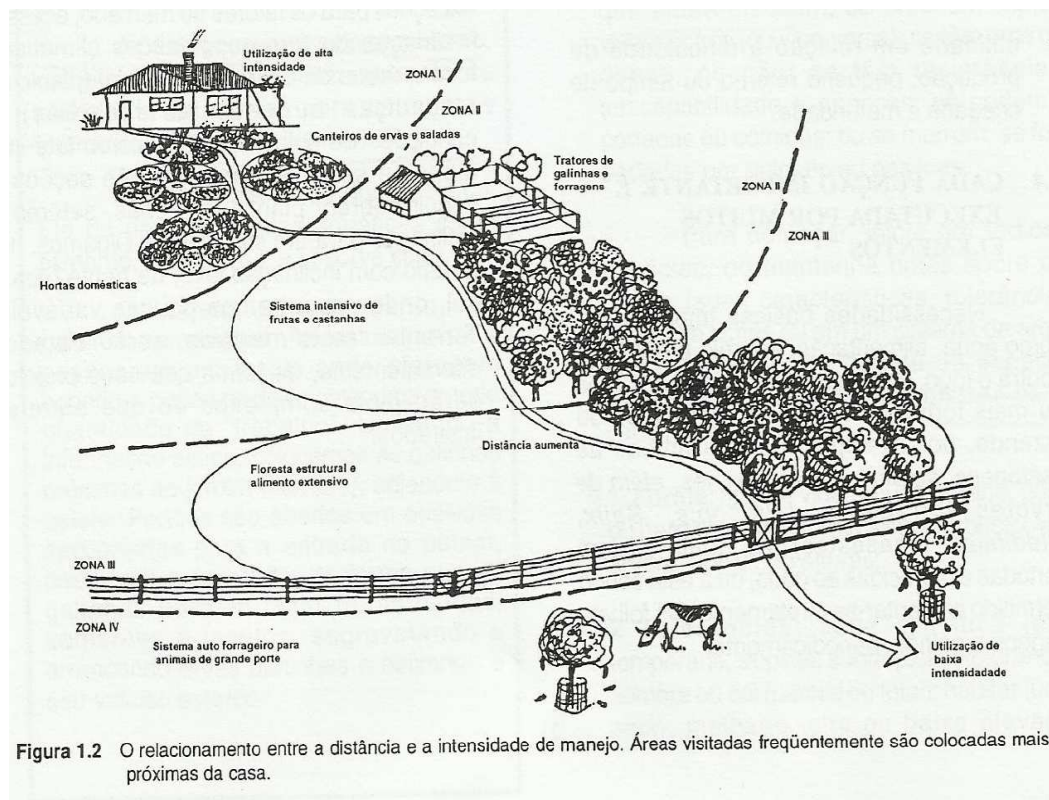


Figura 01 – Planejamento por Zonas. Fonte: Mollisson e Slay, 1998:22.

Logo, a escolha por construir uma horta orgânica comunitária na sede da Associação talvez não tenha sido a opção mais apropriada nem tendo em vista os “saberes locais” nem os “saberes científicos” utilizados. Neste âmbito a construção seja da horta orgânica, seja do tanque de ferrocimento refletem um aspecto ideológico que permeia todo o processo, da construção à execução de projetos ecossociais: o *comunitarismo*.

Não pretendo neste trabalho evocar a necessidade de individualização da produção em contexto de agricultura familiar, mas alerto que ao tentar implementar modelos comunitaristas de produção os agentes-técnicos-extensionistas avançam em relação ao modelo de extensão Difusionista, porém retrocedem em relação ao modelo de extensão agroecológica que busca: “*soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo*” (CAPORAL, 2003:05, *apud* THEODORO, DUARTE e ROCHA, 2009:31-32)

A solução desta problemática, que envolve interesse político e disponibilidade de recursos financeiros, não é de modo algum de fácil resolução. Entretanto, ao considerar-se que o sucesso de um projeto social depende da

adequação da proposta às necessidades e intencionalidades de seu público alvo, o pertinente é sempre tentar equacionar os interesses que movem agentes-técnicos e agentes-locais à conjuntura partilhada.

Portanto, cabe considerar que a opção de agentes técnicos e agentes locais pelo “trabalho comunitário” na horta orgânica e a opção por construir um tanque de ferrocimento na sede da Associação levou em consideração a intencionalidade destes atores em relação ao processo, contudo, foi também condicionada por fatores socioeconômicos e ideológicos que constituem o financiamento de projetos como esse.

CAPÍTULO II – Cerrado Rural Contemporâneo

O período entre o primeiro contato da Comunidade Assentamento Rural Colônia I com a Universidade de Brasília e a construção da horta comunitária foi marcado por mudanças na organização social da comunidade.

Logo ao concluir o EDUCAMP João e Márcia tomaram para si a responsabilidade de efetuar mudanças no Estatuto da Associação local. Até então apenas parceiros/as¹³ tinham poder de voto, ou seja, aquelas pessoas que constam na lista de beneficiárias do INCRA. Nem mesmo os/as cônjuges podiam participar da votação para escolher a diretoria da Associação.

Influenciados pelos conhecimentos produzidos no EDUCAMP os agentes-locais propuseram que todos e todas (incluindo homens e mulheres jovens, bem como cônjuges) tivessem poder de voto na Associação. Esta proposta foi acolhida pelos/as parceiros/as que elegeram João Batista para presidente da Associação e Márcia para secretária.

Além das alterações estatutárias, o período foi marcado por reuniões em que o GTRA/UnB realizava dinâmicas de grupo junto à comunidade local. Essas dinâmicas:

permitiram um processo de reconstrução e reflexão da trajetória passada, a definição dos sonhos e expectativas comuns das famílias em relação à sua permanência no assentamento e, por consequência, a reorganização do presente, com a definição de estratégias para a transformação daquele contexto. (VILLAS-BOAS, 2007:27)

Cabe ressaltar que o contexto local naquele momento era de grande escassez econômica. As famílias estavam endividadas, devido o empréstimo adquirido para executar o “pacote agrícola” orientado pela EMATER, que não deu certo, e a atuação do GTRA/UnB foi vista por alguns assentados/as como uma *“esperança de melhorar as condições de vida”*.

Foi através dessas dinâmicas de grupo que surgiu a articulação para o Edital Petrobras/Unisol-2002 e a possibilidade de João Batista e Wátila realizarem o “Curso técnico em agropecuária e agente de desenvolvimento local sustentável” coordenado pelo GTRA/UnB, naquele período, e realizado em dois módulos: um presencial que durava 15 dias em Unaí/MG e outro a distância que durava 02 meses

¹³ Parceiro/a é o termo utilizado por agricultores/as para se referir a assentados/as rurais beneficiários da propriedade rural junto ao INCRA.

na comunidade local. Segundo Villas-Boas (2007:34): *“foram 480 horas/aula presenciais e 192 horas/aula de trabalhos realizados na comunidade”*.

Após participarem deste curso Wátila e João despontaram como lideranças locais e tornaram-se agentes-técnicos-locais, ou seja, eles próprios entes *híbridos* entre agente-local e agente-técnico: agentes de desenvolvimento rural *exo-endógeno*.

O curso realizado pelos assentados enunciava em seu título a perspectiva de contribuir para a formação de *agentes de desenvolvimento local sustentável*. Entretanto, cabe questionar onde se localizaria este processo desenvolvimento sustentável no caso do Assentamento Rural Colônia I? Entendo que para compreender a trajetória produtiva da comunidade pesquisada é necessário empreender uma análise *espacial* que é social e historicamente construída, pois de acordo com Milton Santos: *“O ato de produzir é, ao mesmo tempo, ato de produzir espaço”* (SANTOS, 2004:203).

2.1 Cerrado, agricultura: a produção espaço

O Cerrado brasileiro tem seu núcleo no Planalto Central, abarcando os Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia, Maranhão, Piauí e o Distrito Federal, caracterizando-se como grande produtor de grãos para a agricultura de exportação nacional (*agronegócio* brasileiro).

Onde há produção de grãos, certamente, há um celeiro. Esta construção utilizada em propriedades rurais em que se produz grande quantidade de grãos é utilizada por Theodoro, Leonardos e Duarte (2002) como sinônimo para o Cerrado, mas para eles não se trata de qualquer celeiro: trata-se de um celeiro saqueado.

A compreensão de que o Cerrado brasileiro é um celeiro saqueado baseia-se em uma análise que assume o Cerrado como grande produtor de grãos em que esta alta produtividade resulta em maior concentração de renda e terra na região e em problemas ambientais que podem inviabilizar o potencial agrícola local. Para compreender tal análise é necessária uma breve abordagem acerca do desenvolvimento recente da agricultura no Cerrado e de algumas das principais implicações ambientais deste desenvolvimento agrícola.

A fim de elucidar a situação produtiva do Cerrado utilizarei a análise da produção de grãos, em especial do complexo soja¹⁴.

O complexo soja é responsável por: “quase 9% das exportações do país registrando U\$\$ 17,115 bilhões em vendas em 2010 contra U\$\$ 5,297 bilhões em 2001 perfazendo uma alta de 227% no período” (WWF-BRASIL, 2012:11) De acordo com o estudo da WWF-Brasil (2012) os Estados da região Centro-Oeste: Mato Grosso e Goiás e os da região Sul: Paraná e Rio Grande do Sul produzem juntos 82% da soja nacional. Entretanto, foi no Cerrado que houve durante a última década a maior expansão na lavoura do grão. A quantificação da perspectiva do Cerrado como uma fronteira agrícola em que os limites tem sido amplamente expandidos nas últimas décadas pode ser visualizada na figura 02:

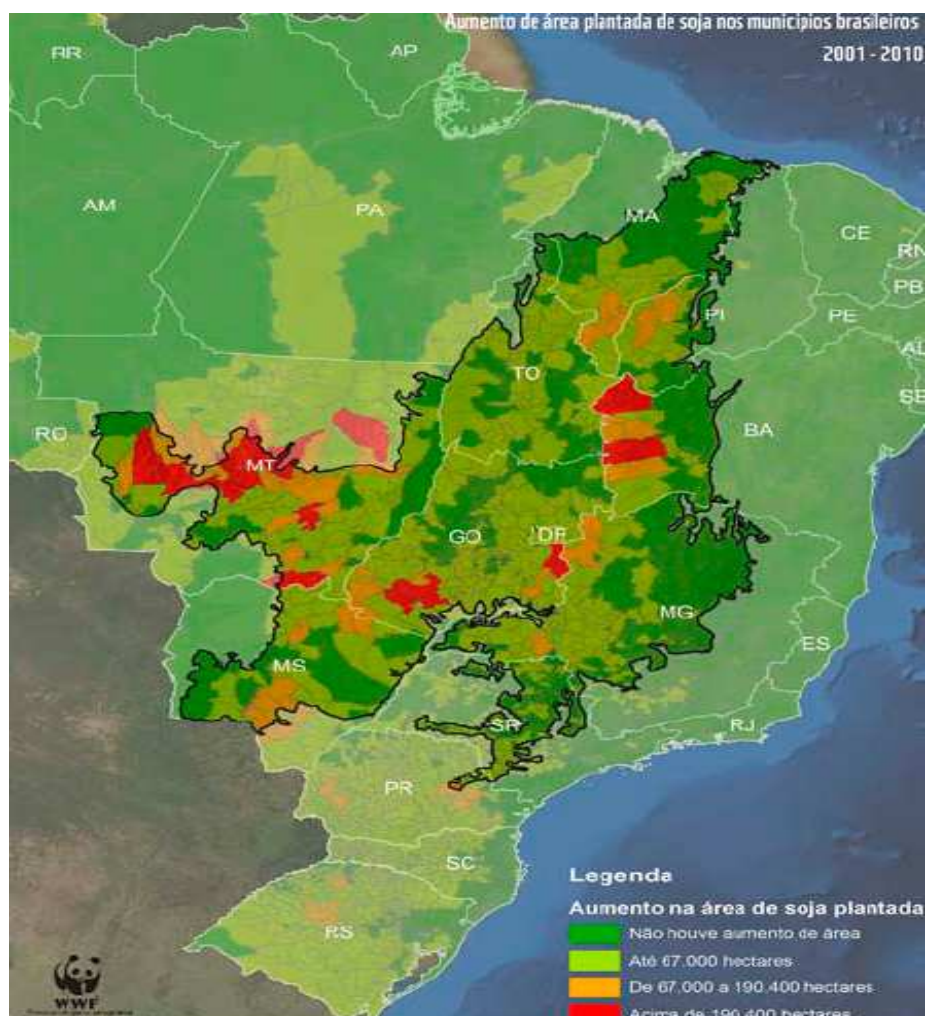


Figura 02 - Mapa da Expansão da Fronteira Agrícola no Cerrado.
Fonte: WWF-Brasil, 2012:15.

¹⁴ O complexo soja compreende a produção de: soja em grãos, farelo e óleo.

O Cerrado brasileiro que, no imaginário nacional pós-colônia, era tido como “espaço vazio” no interior do país ou local “inexplorado”, foi alvo de uma política de ocupação por meio da criação de colônias em Goiás e Mato Grosso na década de 1940- período do governo de Getúlio Vargas. Contudo, foi somente na década de 1980 que a agricultura intensiva tomou impulso na região tendo como base a viabilização tecnológica do cultivo da soja. O quadro de estrutura fundiária com predomínio das grandes propriedades e baixo preço de terras quando relacionado aos incrementos tecnológicos propiciados pela “Revolução Verde”, que incluem maquinaria para produção em larga escala e corretivos de solo como calcário e fosfato, foram elementos que favoreceram a expansão da fronteira agrícola na região. (THEODORO, LEONARDOS e DUARTE, 2002).

No que se refere ao Estado de Goiás, especialmente à região do Entorno do Distrito Federal, verifica-se que a sua contribuição em relação à produção de cereais, oleaginosas e leguminosas¹⁵ tem participação importante na produção nacional.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) o Estado de Goiás e o Distrito Federal juntos produzem 17.246.037 toneladas de cereais oleaginosas e leguminosas em uma área de 4.388.249 hectares o que corresponde a 10,9 % da produção nacional em uma área de 8,6% do total nacional. Se comparados ao maior produtor brasileiro de grãos- Mato Grosso(MT), que responde por 23,1 % da produção nacional em uma área que corresponde a 21,4% do total cultivado no país - pode-se verificar o tamanho da importância de Distrito Federal e Goiás na produção nacional deste setor agrícola.

Para além das contribuições estatísticas, a presença da alta produção de grãos como a soja na região pode ser rapidamente percebida ao observar-se a paisagem local. Ao empreender uma viagem de automóvel pela região verifica-se nitidamente a existência de áreas extensas de pastos e monoculturas¹⁶ de soja. Outra forma de perceber a predominância da produção de grãos através da experiência é realizar viagem aérea com saída ou chegada no aeroporto de Brasília(DF) durante um dia de céu claro. Os polígonos delimitando lavouras, assim como os círculos que suscitam sistemas de irrigação utilizados na produção de

15 Abrange a produção de soja que é uma leguminosa da família Fabaceae ou Leguminosae.

16 As monoculturas, sistemas em que há produção de uma única espécie em larga escala, caracterizam o agronegócio. Já as policulturas, sistemas baseados na diversidade de espécies produzidas em escala reduzida, caracterizam os sistemas agroflorestais.

grãos referentes ao *agronegócio* são percebidos rapidamente ao alçar vôo ou em momentos próximos à aterrissagem na capital federal.

Outra viagem não menos importante para a compreensão acerca de realidade socioespacial local é o trajeto do centro de Brasília(DF) até o Assentamento Rural Colônia I, Município de Padre Bernardo(GO).

A distância entre ambos locais é de aproximadamente 70 quilômetros. Neste percurso, utilizando-se o trajeto do transporte público local, são percorridas as Regiões Administrativas - ou como são conhecidas “Cidades Satélites”- de Guará, Águas Claras, Vicente Pires, Taguatinga, Ceilândia e Brazlândia. Após Brazlândia entra-se no Estado de Goiás e ao invés de seguir até o centro da cidade de Padre Bernardo(GO) é necessário “fazer o retorno” e passar pela Vendinha, bairro de Monte Alto, distrito do Município em questão.

Portanto, na prática, o Assentamento Rural Colônia I situa-se mais próximo do centro de Brazlândia(DF) do que do centro de Padre Bernardo(GO) como demonstra a figura 03. Neste mapa a localização do Assentamento Colônia I corresponde à faixa retangular vermelha e refere-se a uma localização aproximada já que não foi empreendido trabalho cartográfico minucioso.



Figura 03 – Localização Geográfica do Assentamento Rural Colônia I. Fonte: Google Maps, 2013

O Assentamento rural da reforma agrária em questão possui área de aproximadamente 598 hectares, e já contemplou 24 famílias, contudo, apenas 23 famílias, estão atualmente assentadas no local.

Antes da criação do Projeto de Assentamento as famílias estiveram acampadas em diversos locais. De acordo com Villas-Boas:

Esse grupo fazia parte de um pequeno movimento denominado “Movimento Brasileiro dos Sem Terra”, mas essa vinculação foi bastante rápida. Posteriormente, chegaram a se aproximar do “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (MST), mas, também, por um período bastante curto. (VILLAS-BOAS,2007:22)

Das vinte e três famílias beneficiárias que hoje residem no Assentamento Rural Colônia I há duas famílias beneficiárias que não estavam no grupo que participou do período de Acampamento. Dentre as pessoas que estavam no grupo algumas foram assentadas em outras localidades, por exemplo, nos Municípios de Flores(GO) e Buritis(MG). Alguns assentados/as que participaram do período de acampamento passam, atualmente, a maior parte do tempo em residências alugadas, de familiares e de terceiros na cidade de Brazlândia(DF), devido à necessidade de realizar tratamentos de saúde.

Estas pessoas consideram que o atendimento de saúde nesta Região Administrativa é de melhor qualidade se comparado ao atendimento oferecido em Padre Bernardo(GO). E, em decorrência de sua proximidade tanto com o Assentamento Rural Colônia I quanto com outras Regiões Administrativas do Distrito Federal como Taguatinga e Brasília, que possuem infra-estrutura hospitalar mais desenvolvida, essa se mostra a opção mais adequada em termos de assistência médico-hospitalar.

Brazlândia foi criada em 1933, ou seja, antes mesmo da inauguração de Brasília que se deu em 21 de Abril de 1960, ela é cercada por propriedades rurais e possui uma vasta opção para o “turismo rural” (hotéis fazenda, cachoeiras). Brazlândia é, talvez, a mais rural das “Cidades Satélites” do Distrito Federal.

As características “rurais” de Brazlândia dificultam a separação rígida entre as noções de “campo” e “cidade” no local. Ao caminhar por Brazlândia é comum ver pessoas portando chapéu de couro, elemento característico do estereótipo de “camponês” dividindo espaço com outros enquadrados no estereótipo “urbano”: utilizando grandes fones de ouvido, camisetas estilizadas e jeans. Da mesma maneira ao chegar ao Assentamento Rural Colônia I verifica-se a

coexistência entre o estereótipo “rural”, principalmente entre as pessoas mais velhas, e o estereótipo “urbano”, especialmente entre os mais jovens.

De acordo com Valdemir, assentado que trabalha na função de “fiscal de loja” em um estabelecimento em Brazlândia/DF: *“Muita gente mora no Colônia, mas trabalha, se diverte, faz tudo em Brasília. Padre Bernardo é quase outra cidade. A gente, aqui em casa, gasta nossos salários no DF; pro município vai só o IPTU”*

Segundo relatos de jovens entrevistados as opções de lazer locais (predominantemente bares e forrós) não são a preferência deles/as. Os jovens e adolescentes relataram que suas atividades de lazer preferidas são dentre outras ir a *shoppings-centers*, lanchonetes, assistir séries americanas de televisão, novelas nacionais, acessar a *internet* e escutar músicas *rock* e *pop*. Para Wátila, uma das lideranças locais, é muito importante: *“garantir opções de lazer para os jovens do Assentamento para que não seja necessário ir até outras cidades sempre que o jovem quiser se divertir”*.

Além de observar filhos de assentados/as com blusas de bandas *rock and roll* o que demonstra que estes possuem preferências musicais mais “urbanas” (talvez mais “globalizadas”) do que eu imaginava percebi que a utilização de eletrodomésticos nas casas visitadas é elevada. Apesar da Sra. Tereza não abrir mão de moer ela mesma o café que prepara, os grãos utilizados são comprados em supermercados, e ela faz questão de enumerar os benefícios que os eletrodomésticos trouxeram para sua vida facilitando o trabalho doméstico diário.

Tendo em vista que a identidade urbana é associada ao “moderno”, ao consumo de bens e serviços pautados no avanço tecnológico que demanda, na maioria das vezes, sistemas de energia elétrica e a identidade rural é associada ao “atrasado”, ao consumo de bens e serviços “rudimentares”, que não necessariamente demandam energia elétrica. O fato de as famílias residentes no Assentamento Rural Colônia I não fazerem parte das 20.995 famílias do Estado de Goiás a serem atendidas pelo Programa¹⁷ Luz no Campo (FUGIMOTO, 2005) pode contribuir para a compreensão do motivo pelo qual tem se verificado a emergência deste que pode ser lido como um processo de dissolução dos limites pré-fixados entre identidade urbana e identidade rural, pois o consumo de energia pressupõe

¹⁷ O Programa Luz no Campo foi um programa de universalização da rede rural de energia elétrica do Governo Federal. Entretanto, foi substituído recentemente pelo programa Luz Para Todos que incorporou as demandas de seu antecessor.

seu acesso. E o consumo é um elemento tido como “separador” das identidades rurais e urbanas.

Neste sentido, quando a pessoa “rural” passa a consumir tecnologia avançada, devido não apenas a sua disponibilidade de renda, mas à existência de sistemas de energia elétrica no local há uma mudança nas práticas produtivas. Por exemplo, uma dona de casa que vive no Assentamento Rural Colônia I e tem acesso relativo¹⁸ a uma máquina de lavar roupas passaria a ter mais tempo disponível ao empreender a compra de uma máquina de lavar roupas. Tempo este que seria utilizado em outras atividades, inclusive atividades produtivas.

O acesso à energia elétrica traz uma série de mudanças à vida nas áreas rurais. Compreendo que não se trata de os residentes do Assentamento Rural estarem perdendo suas identidades “rurais”. A maioria dos assentados/as (especialmente os mais velhos) exalta em suas falas a qualidade da vida no “campo”. A saber, a ausência de poluição atmosférica, sonora e taxa de criminalidade inferior em relação a “cidade”. Todavia, estes demonstram nitidamente que não pretendem descartar as facilidades daquilo que identificam como “vida moderna”.



Figura 04 - Sistema de energia elétrica local.

¹⁸ Relativo porque apesar da disponibilidade de sistemas de energia elétrica não necessariamente há disponibilidade de recursos financeiros para consumir determinados bens e serviços.

É perceptível que os processos de “urbanização dos espaços rurais” com incremento de energia elétrica, redes de *internet*, *TV* por assinatura e asfaltamento das principais vias de acesso tem redesenhado formatos sociais e produtivos e apontam para uma modernidade social (BRANDERBURG, 2011). Entretanto esta “modernidade” não se caracteriza pelo abandono de um conjunto de práticas e a incorporação de outro. A ruralidade a qual se pode “encaixar” a Comunidade Assentamento Rural Colônia I, em termos classificativos, possui elementos tidos como “rurais” que interagem com elementos tidos como “urbanos”. Contudo, como se dá essa interação? Em um primeiro momento a tendência analítica é:

dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, do outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. (GRAZIANO DA SILVA, 1999:01)

Ao afirmar que há um transbordamento do mundo urbano que passaria a envolver o mundo rural pode-se sugerir que o Assentamento Rural Colônia I tem passado por um processo de “urbanização” similar àquele que tem acontecido em outras áreas rurais brasileiras nas últimas décadas. Nesta direção há indícios etnográficos de que a existência de energia elétrica no local tem propiciado a incorporação de elementos e estereótipos tidos como “urbanos”, que têm sido incorporados especialmente à vida dos mais jovens, mas também à vida dos mais velhos, residentes no local.

Também ao sugerir que Brazlândia é uma cidade com características rurais chega-se à perspectiva apontada por Graziano da Silva (1999) de um *continuum* em que as “cidades” não podem ser consideradas meros centros de atividade industrial, bem como as áreas rurais não podem ser identificadas como meros centros de produção agrícola e pecuária.

Verifica-se, indo neste caminho de análise, que tal abordagem poderia desencadear em duas possibilidades: a primeira um neologismo em que assim como a perspectiva de desenvolvimento *endo-exógeno* que tenho adotado ao referir-me aos processos de *desenvolvimento local sustentável* realizados mediante atuação da extensão rural agroecológica talvez seria possível pensar em uma ruralidade “urbano-rural”. Uma ruralidade em que elementos ditos “rurais” e elementos ditos “urbanos” coexistem sem que haja prevalência de um pelo outro. E em uma segunda possibilidade seguindo o mesmo raciocínio, entretanto, em direção oposta, ao considerar que o “urbano” e o “rural” confrontar-se-iam em uma relação de poder em

que o urbano estaria em um *lócus* de poder privilegiado em relação ao rural seria possível chegar à perspectiva de que este processo de “transbordamento” do urbano estaria resultando de relações de *dominação* em que elementos ditos urbanos sobrepõem-se a elementos ditos rurais o que levaria inevitavelmente ao fim do rural.

Entendo como sugere Gerhardt (2005) que a abordagem de *continuum* entre “cidade” e “campo” não rompe com a dicotomia “urbano” x “rural”, pois o urbano só pode ser classificado como tal a partir de seu par antagônico: o rural. Neste sentido, falar em uma mudança do rural, em uma ruralidade “urbano-rural”, avançaria analiticamente na perspectiva de que os espaços sociais são constantemente atualizados e reinventados por seus atores, entretanto, resultaria em uma conclusão errônea acerca das formas como se estabelecem as relações entre “urbano” e “rural” no Assentamento Rural Colônia I.

A saída para este problema não está, certamente, no abandono das categorias dicotômicas, “urbano” e “rural”, tendo em vista que estes são marcadores utilizados pelos atores envolvidos no processo social a fim caracterizar tanto elementos percebidos socialmente quanto para se qualificarem enquanto agentes identitários. Portanto sugerir um neologismo que compreenda as categorias “urbano” e “rural” como uma única categoria não é apropriado neste momento, pois não condiz com a prática social existente no caso estudado.

Neste sentido a hipótese mais próxima de ser consistente seria aquela que considera que as relações entre “rural” e “urbano” tem acontecido no Assentamento Colônia I a partir de “*uma expansão da dominação do urbano sobre o rural*” (MARTINS, 1986:25).

Entretanto, esta “*dominação*” não resulta no “fim do rural”, pois não elimina os fenômenos de *resistência* desenvolvidos pelas identidades “rurais”. Tendo em vista aquilo que Deleuze e Guattari(1995) chamam de *(des)territorialização* desenvolve-se um processo em que alguns agentes rurais se *desterritorializam* em relação a uma identidade “camponesa” que não lhes é pertinente e se reterritorializam a partir das *linhas de fuga*, que, no caso do Assentamento Rural Colônia I, se encontram próximas ao *discurso ambiental*, resignificando-se enquanto agentes rurais que não identificam-se como “camponeses”, mas como *agentes do desenvolvimento rural sustentável*. Este processo de reterritorialização aponta para as identidades “rurais” como um constante “vir a ser” o qual talvez em algum

momento seja possível falar em uma ruralidade que não se construa a partir do par antagônico: a urbanidade.

De modo similar, ao observar os *entes* “urbanos” identificados como agentes-técnicos-extensionistas é possível perceber que estes muitas vezes enxergam na prática da extensão rural e no *discurso ambiental* uma *linha de fuga* frente a suas estratégias de *resistência* em relação às correlações de forças que imanam e que são constitutivas do exercício de poder que integram a prática acadêmica e científica (FOUCAULT, 1988). Neste sentido, a Extensão Rural Agroecológica coloca-se em situação de duplicidade em que ao mesmo tempo utiliza-se de seu status científico para legitimar-se, mas não desconsidera os saberes tradicionais e locais como partes constitutivas de sua *potência*.

Compreender o *discurso ambiental* como um ponto de encontro entre as intencionalidades de agentes-técnicos e agentes-locais aponta não para o surgimento de uma nova ruralidade em oposição a uma velha ruralidade que fora superada, mas para aquilo que Gerhardt (2005) chamaria de uma “outra ruralidade”.

2.2 Ambientalização dos agricultores e agricultoras?

Ao sugerir que há relações de poder assimétricas entre “rural” e “urbano” chamo a atenção, em especial, para a análise das relações de trabalho constituintes da agricultura familiar. Há um processo de esvaziamento das práticas agrícolas em detrimento de atividades econômicas nas “cidades”. Assim como uma valorização imanente do *agronegócio* em relação à agricultura familiar

O *agronegócio* da soja, segundo Canuto (2004), gera um emprego a cada 167-200 hectares utilizados devido seu alto grau de mecanização. Entretanto, para uma fazenda de soja no Cerrado ser rentável necessitaria segundo ele, em média, 1.000 hectares. Ao verificar que no Assentamento Rural Colônia I uma área de 598 hectares beneficia diretamente 23 famílias, sendo que a cada família muitas vezes associam-se membros de família extensa (noras, cunhados, primos etc) pode-se considerar que, subtraída a área de uso comum, cada família dispõe de aproximadamente 20 hectares para produzir alimentos.

Tendo como exemplo umas das famílias produtoras de alimentos orgânicos é possível verificar que além da renda gerada diretamente para a família beneficiária que inclui o beneficiário e sua cônjuge; o filho do beneficiário e sua

cônjuge ambos envolvidos nas atividades produtivas; e ainda um “funcionário” que ajuda na produção diária de hortaliças orgânicas geram-se diretamente 05 empregos.

Não cabe aqui fazer cálculos comparativos a exaustão, mas mencionar que partindo da abordagem desenvolvida por Canuto (2004) em relação à descrição das atividades produtivas de uma família produtora de hortaliças orgânicas do Assentamento Rural Colônia I a cada, em média, 20 hectares disponíveis em uma parcela rural da reforma agrária para a produção de orgânico são gerados cinco empregos diretos. Já para cada, em média, 182 hectares disponíveis à produção de soja no Cerrado gera-se um emprego direto. Ou seja, tendo como base esta situação em termos de geração de emprego e renda a agricultura familiar de alimentos orgânicos gera mais empregos por hectare do que o agronegócio do complexo soja.

Contudo, apesar da demonstrada alta eficiência, no Assentamento Rural Colônia I das vinte e três famílias beneficiárias do INCRA apenas oito desenvolvem atividades profissionais em que as práticas agrícolas são significativa ou principal fonte de renda. Destas, quatro trabalham diretamente com a produção de orgânicos e quatro trabalham diretamente com a produção “convencional”. Ora se a agricultura familiar associada a produção de alimentos orgânicos é tão eficiente porque ainda é praticada por parcela minoritária das famílias do Assentamento Rural Colônia I? Entendo que umas das possibilidades explicativas seria a constatação de que há dificuldades na incorporação/replicação das inovações técnicas trazidas pela Agroecologia.

Todavia, tanto pessoas envolvidas com a produção de orgânicos quanto pessoas que não estão envolvidas com a produção de orgânicos relataram conhecer e já ter praticado ou praticar: a adubação sem fertilizantes químicos e a agricultura sem agrotóxicos desde antes de se tornarem assentados/as da reforma agrária. Muitos utilizam (ou utilizaram) estes conhecimentos para a subsistência em hortas caseiras, ou em trabalhos agrícolas anteriores ao processo de assentamento.

Sr. Vitorino, por exemplo, afirma que teve contato com técnicas agroflorestais com seu pai, entretanto, segundo ele: *“essa prática não tinha o nome de agrofloresta”*. Tereza afirma que: *“Quando morava em Goiás, uns 40 anos atrás ninguém conhecia veneno (agrotóxico)”*.

Neste sentido não cabe dizer que a comunidade teve acesso às práticas agroecológicas em seu sentido mais amplo por meio da extensão rural agroecológica, mas que estas práticas foram desenvolvidas de modo sistemático e em maior escala a partir da atuação da extensão rural agroecológica da Universidade de Brasília.

Ao afirmarem conhecer a produção sem fertilizantes químicos e agrotóxicos alguns assentados/as remontam a histórias ligadas à suas juventudes. A maior parte dos assentados/as residentes no Assentamento rural Colônia I é originária da própria região Centro-Oeste e ao se referirem às suas juventudes falam do período dos últimos 50 anos em que esta região *“passou no imaginário nacional de “sustentáculo de territórios indígenas” a “vazio demográfico”, de “terras improdutivas” a grande “celeiro do país”* (FLEURY E ALMEIDA, 2009:678)

Segundo Fleury e Almeida (2009) no processo de desenvolvimento agrícola do Cerrado foi marcante a presença de dois perfis identitários: os *goianos* e os *gaúchos*. Sendo os primeiros não necessariamente originários do Estado de Goiás, mas também de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os *goianos* são, nesta análise, os agentes locais do Cerrado e os *gaúchos*, imigrantes do Sul do Brasil que se estabeleceram no Centro-Oeste como produtores especialmente de grãos.

O estabelecimento destes *gaúchos* no Centro-Oeste foi promovido por políticas governamentais ligadas especialmente à implementação dos “pacotes tecnológicos” disponibilizados pela “Revolução Verde”. Para Fleury e Almeida (2009) a identidade de *gaúcho* persiste no Cerrado e constrói-se em oposição ao perfil *goiano*. Para além de agentes do desenvolvimento agrícola os *gaúchos* são tidos como pessoas que valorizam o trabalho, empreendedores dinâmicos, em detrimento aos *goianos* tidos como preguiçosos e estagnados.

Assim enquanto aos *gaúchos* coube o papel de agentes do desenvolvimento rural da região à população local: *“identificada com hábitos distintos daqueles então valorizados, coube o papel de um anfitrião prestativo: enquanto o “povo gaúcho” é trabalhador, o “povo goiano” é apresentado como hospitaleiro”* (FLEURY E ALMEIDA, 2009:683)

Esta caracterização do processo de formação sócio-cultural do Cerrado qualifica em termos produtivos os *gauchos* como majoritariamente ligados à produção de grãos e os *goianos* ligados à pecuária extensiva. Portanto, o fato de muitos dos assentados/as – de idade mais avançada- residentes no Colônia I

relatarem que durante grande parte de suas vidas não utilizavam agrotóxicos e fertilizantes químicos deve-se tanto à compreensão de que a implementação de fertilizantes químicos e agrotóxicos é um fenômeno social relativamente recente na região Centro-Oeste, fruto da “Revolução Verde”, quanto à perspectiva de que a pecuária extensiva utilizada a mais tempo na região não envolve, em geral, utilização de fertilizantes e ou agrotóxicos.

De acordo com os dados coletados nas entrevistas semi-estruturadas a maior parte desses/as assentados e assentadas que, em geral, trabalhavam como agricultores, agricultoras ou vaqueiros em fazendas de terceiros, *goianos* e *gaúchos*, participou da ocupação de terras a qual formalizou-se o Assentamento rural Colônia I com o objetivo inicial de ter um *“pedaço de terra para plantar, construir uma casa própria”*. Entretanto, o próprio processo de assentamento do grupo, no local geograficamente determinado pelo INCRA, incorporou às trajetórias destas pessoas outro aspecto: *a questão ambiental*.

O Assentamento rural Colônia I está inserido na Área de Proteção Ambiental do Descoberto, APA do Descoberto. Vale ressaltar que de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, lei 9.985 de 18/07/2000 em seu artigo 15º uma APA é:

Uma área em geral extensa com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, e estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2000:25)

A partir do momento em que a história dessas pessoas encontrou a *questão ambiental* por meio do processo assentamento em uma APA e, posteriormente, contato com a Extensão Universitária Agroecológica da Universidade Brasília iniciou-se uma parceria que modificou a vida de quatro das vinte e três famílias de beneficiários do Assentamento rural Colônia I.

Os dois principais frutos da atuação da extensão rural agroecológica da Universidade de Brasília no Assentamento rural Colônia I foram os grupos Vida e Preservação - Grupo dos Orgânicos, e Sabor do Cerrado- Grupo de preparo de alimentos protagonizado por mulheres, ambos criados em 2003.

Em relação ao Grupo Vida e Preservação (GVP) é importante dizer que a partir do desenvolvimento de uma rede de contatos que foi, segundo relatos, propiciada pela articulação do grupo com a Universidade de Brasília na figura de

professores e professoras ligados à extensão rural agroecológica foram conquistados quatro pontos de Comercialização para a venda de produtos orgânicos em Brasília.

Os Pontos situam-se no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Meio-Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Universidade de Brasília Campus Darcy Ribeiro (UnB) e estão sob responsabilidade de quatro famílias de beneficiários. Sendo que destas quatro famílias três produzem mediante parceria entre pais e filhos. São as famílias de Algemiro e Joanica, pais de João Batista; família de Rui e Tereza, pais de Reginaldo; família de Vitorino e Marli, pais de Wátila. A *figura 05* sistematiza as informações a partir da classificação Família Responsável x Ponto de Comercialização.

PONTO DE COMERCIALIZAÇÃO	FAMÍLIA RESPONSÁVEL
Ponto de Comercialização no INCRA.	Família de Osmar e Helena.
Ponto de Comercialização no MMA.	Família de Rui Barbosa e Tereza.
Ponto de Comercialização no MDA.	Família de Algemiro e Joanica
Ponto de Comercialização na UnB campus Darcy Ribeiro.	Família de Vitorino e Marli

Figura 05 – Quadro da Relação “Ponto de Comercialização por Família Responsável”.

Apesar de cada família ser responsável por um Ponto de Comercialização as famílias articulam-se coletivamente para, algumas vezes, o desenvolvimento das “entregas” que se referem a pedidos realizados previamente por clientes fixos (por e-mail ou por telefone) e entregues em “cestas de orgânicos” nas casas dos clientes. E outras para o suprimento de produtos nos Pontos de Comercialização. Caso uma família não possua determinado item, verifica-se a disponibilidade com outra família, que documenta o item cedido em um caderno para posteriormente ser feito o acerto financeiro. Pode-se dizer, portanto, que as famílias articulam-se de modo solidário, apesar de cada uma produzir alimentos orgânicos individualmente.

O Grupo Sabor do Cerrado, grupo de preparo de alimentos protagonizado por mulheres, desenvolve papel ativo nos pontos de comercialização, em especial na produção de biscoitos, pães de queijo e outros produtos que são vendidos junto

aos demais alimentos orgânicos. Entretanto, cabe ressaltar que os alimentos vendidos nos pontos de comercialização correspondem aos biscoitos e pães de queijo produzidos pelas participantes do Grupo Sabor do Cerrado correspondentes à família responsável por cada ponto. Por exemplo, quem produz os biscoitos do Ponto de Sr Rui é Sra. Tereza: sua companheira. No Ponto de Algemiro, pai de João Batista, quem produz é Rose: companheira de João.

Entretanto, para além da venda de produtos nos Pontos de Comercialização o Grupo Sabor do Cerrado (GSC) realiza atividades em coquetéis, cozinha no curso de Licenciatura em Educação no Campo - Ledoc/UnB¹⁹ e desenvolve outras atividades que são, em geral, negociadas a partir da rede de contatos estabelecida pelo grupo a partir da relação Comunidade e Universidade que se iniciou em 2000 com a participação de João e Márcia no EDUCAMP.

Estas famílias de agricultores/as envolvidas com os grupos GVP e GSC mediante a produção e comercialização de alimentos orgânicos (hortaliças, frutos, “biscoitos do cerrado” e biscoitos caseiros) aumentaram a renda familiar como afirma Rose: “em até 80 %”. Ao conversar com cada uma das quatro famílias não é relevante apenas verificar a adesão ao *discurso ambiental*, mas o modo como as práticas discursivas desses/as agricultores/as convergem com as práticas discursivas correntes dos extensionistas da agricultura agroecológica. Palavras como *empoderamento*, agente de *desenvolvimento sustentável*, *sustentabilidade* não são estranhas ao vocabulário destas pessoas; conhecimentos sobre manejo agroflorestal, sistemas de consórcio entre espécies, sistemas de irrigação, repelentes naturais e políticas ambientais também figuram no arcabouço de conhecimentos dessas famílias. O que aponta, entendo, para um processo de “ambientalização” dos agricultores e agricultoras

O termo “ambientalização” é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo. Assim, os termos “industrialização” ou “proletarização” (este último, usado por Marx) foram indicativos de novos fenômenos no século XIX, como se poderia também falar de tendências de “desindustrialização” e de “subproletarização” desde o final do século XX. (LEITE LOPES, 2006:34)

¹⁹ A Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) é um curso regular da Universidade de Brasília e realiza-se no sistema de alternância, subdividindo-se em Tempo Escola e Tempo Comunidade. Tem como objetivo formar professores e educadores para as escolas do campo.

Neste sentido o processo de ambientalização está associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais de determinados fenômenos sociais em que: “*dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”*”. (LEITE LOPES, 2006:34).

As quatro famílias envolvidas diretamente na produção de alimentos orgânicos apresentam grande adesão ao *discurso ambiental*, mas não apenas elas. A maior parte das famílias com as quais conversei apresentou um discurso elaborado acerca da idéia de “alimentos orgânicos”, “sustentabilidade” e “conservação ambiental” principalmente ao relatarem o processo de degradação ambiental gerado pelas fazendas vizinhas e as implicações à saúde causadas pelo consumo de alimentos repletos de agrotóxicos (mesmo produzindo e/ou consumindo alimentos repletos de agrotóxicos). Neste sentido é importante inferir que a maior parte das famílias residentes no local que não desenvolve nenhum tipo de produção agrícola afirmou que se conseguisse voltar a produzir alimentos agrícolas, certamente, produziria alimentos orgânicos.

Assim, apesar de não haver garantias de que caso essas famílias venham a possuir no futuro condições de efetivar seus discursos em práticas de trabalho agrícola. Chega-se neste momento do texto a um impasse: se segundo os assentados/as entrevistados/as não há dificuldades de incorporação e replicabilidade dos conhecimentos ligados às técnicas agroecológicas de manejo agrícola; há adesão ao *discurso ambiental* e também vontade de produzir alimentos orgânicos com finalidade comercial é oportuno perguntar: por que a produção de orgânicos ainda é minoritária no local?

CAPÍTULO III - Produção de alimentos orgânicos: uma questão de políticas públicas

Ao caracterizar o Cerrado como “celeiro saqueado” os autores Theodoro, Leonardos e Duarte (2002) certamente estavam referindo-se ao ponto de vista corrente do “movimento ambientalista” brasileiro que considera a monocultura, o latifúndio, a economia agroexportadora, enfim, o *agronegócio* nacional como gerador de inúmeros prejuízos sócio-ambientais ao país.

Espero que após a breve caracterização feita no capítulo anterior sobre a produção agrícola no Cerrado com a apresentação das cifras geradas pelo *agronegócio* brasileiro e a expansão da fronteira agrícola a ele associada, especificamente relacionados à produção do complexo soja, tenha sido possível verificar que o desenvolvimento do *agronegócio* no Cerrado tem sido engendrado pelo Estado brasileiro nas últimas seis décadas tanto no sentido de tornar produtiva uma região que era considerada “improdutiva” quanto na implementação de processos de ocupação populacional.

Portanto, se considerarmos que o ato de saquear implica ato ilícito -a partir de descumprimento das normas jurídicas vigentes- a caracterização do Cerrado como “celeiro saqueado”, certamente, não se faz pertinente. Ao contrário do suposto “saque”, entendo que, seria mais oportuno falar em uma “degradação ambiental subsidiada”. Em um artigo elaborado a pedido da Associação Comercial de São Paulo são analisadas as políticas agrícolas e agrárias no Brasil nas últimas décadas. Neste documento afirma-se que: “*o período entre meados da década de 1960 até o início dos anos 1980 foi caracterizado por forte intervenção governamental nos mercados de commodities²⁰ agrícolas*”. (CHADDAD, JANK e NAKAHODO, 2006:06). Sendo essa intervenção caracterizada por abundante oferta de crédito rural subsidiado, garantia de preços mínimos e substituição de importações.

A produção exaustiva de grãos tem sido estimulada pelo poder público brasileiro a algum tempo. Entretanto, esta política tem deixado de ser uma unanimidade entre formuladores/as de políticas públicas. Ao considerar a Política

²⁰ *Commodities* (em inglês mercadoria) são principalmente minérios e gêneros agrícolas, produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial. As commodities são negociadas em bolsas mercadorias, portanto seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional.

Nacional de Meio Ambiente, expressa na lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, lei mais importante do Direito Ambiental brasileiro, em seu artigo 2º que preconiza:

A Política Nacional de Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida da pessoa humana. (BRASIL, 1981:02)

É possível verificar que há uma intencionalidade, mais recente, do Estado brasileiro em adotar medidas de melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Todavia, é somente ao analisar os princípios desta legislação que compreendem desde a racionalização do uso do solo, água e recuperação de áreas degradadas até a (BRASIL,1981:03) *“ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo”*, que verifica-se a complexidade da:

equação entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo, evidenciada, nas últimas décadas, como consequência da expansão da fronteira agrícola e do modelo de desenvolvimento adotado nos cerrados brasileiros que surge como principal dilema a ser resolvido pelos gestores e formuladores de políticas públicas locais, regionais e nacionais. (DUARTE, 2002:11)

A predominância do ecologicamente (in)correto no Cerrado brasileiro pode ser lida como processo de degradação ambiental: *“decorrente da exploração agropecuária[...]resultando em excesso de desmatamento, compactação do solo, erosão, assoreamento de rios, contaminação da água subterrânea, e perda de biodiversidade”* (CUNHA et al.,2008:293)

Então, tendo em vista aquilo que Duarte (2012) considera uma equação entre o ecologicamente correto e o socialmente justo: estaria o Estado através da Política Nacional de Meio Ambiente assumindo, finalmente, a responsabilidade de evitar que haja atividades agrícolas geradoras de degradação ambiental no Cerrado? Caso a resposta seja afirmativa. Como se daria a implementação dessa nova política?

Para compreender estes aspectos é necessário antes compreender o processo de adoção (ou não adoção) das técnicas agroecológicas no Assentamento Rural Colônia I.

3.1 - A (não) adoção das técnicas agroecológicas

Ao analisar processos de domesticação na Amazônia Descola (2002) empreende uma problematização que como este trabalho parte do questionamento acerca das determinações negativas de uma “escolha”. A pergunta deixa de ser “por quê?” e passa a ser “por que não?”.

Tal questionamento busca elucidar os porquês em um contexto que torna logicamente possível a adoção de uma determinada técnica esta não é adotada. Sendo importante considerar que por “escolha” não se entende um produto de deliberação “individual” ou “coletiva”. Seja a primeira associada a depoimentos individuais e análises individualizantes, seja a segunda implicando uma visão de sociedade como entidade onisciente e “englobante” dos processos sociais. Busca-se identificar neste sentido aquilo que Descola (2002) classifica como *compatibilidade* e *objetivação*: condições básicas para uma adoção técnica. A compatibilidade relaciona-se à noção de que uma técnica deve ser: “*compatível com o conjunto do sistema técnico no qual ela venha a se inserir*” (DESCOLA, 2002:97).

De modo simplificado é pertinente exemplificar que não é possível que uma comunidade rural sem redes de energia elétrica incorpore um conjunto de técnicas que demandam redes de energia elétrica para funcionar. A adoção técnica neste caso seria, portanto, *incompatível*. Todavia, para ser adotada além de compatível uma determinada técnica deve ser *objetivável*. Para Descola (2002:97): “*objetivar uma técnica supõe que a relação original que ela institui [...] possa ser representada a partir do estoque preexistente de relações consideradas logicamente possíveis*”.

No que tange à adoção do conjunto de técnicas agroecológicas no Assentamento Rural Colônia I, ao considerar que há no *coletivo* quatro famílias que adotaram o conjunto de técnicas agroecológicas e produzem comercialmente orgânicos verifica-se que as técnicas agroecológicas foram objetivadas por essas famílias. Ao avançar na análise e considerar as outras dezenove famílias que não produzem alimentos orgânicos comercialmente é observado que a maioria dessas famílias cultiva em seus quintais hortas “caseiras” em que não são utilizados nem fertilizantes químicos, nem agrotóxicos (elementos que caracterizam a produção “convencional” de alimentos).

Indo mais a fundo e analisando as trajetórias de assentados rurais residentes no local é possível perceber que muitas destas pessoas aprenderam no início de seus percursos enquanto trabalhadores/as rurais técnicas de produção de alimentos semelhantes às aquelas que Altieri (1989) nomeia como técnicas de agricultura “alternativa”. Assim, apesar desses/as agricultores/as não qualificarem as práticas que desenvolveram no passado (e ainda desenvolvem em seus quintais) de agroecológicas, ao serem convidados/as a descrever tais práticas descrevem um conjunto de técnicas agroecológicas.

Neste sentido, cabe afirmar que as vinte e três famílias de pessoas residentes no Assentamento Rural Colônia I partilham condições *estruturais* que possibilitam a *objetivação* das técnicas agroecológicas no local. Sendo as técnicas agroecológicas, inclusive, praticadas com finalidade não-comercial. Ou seja, as técnicas agroecológicas tem sido adotadas no Assentamento Rural Colônia I, apesar de não serem praticadas comercialmente pela maioria dos assentados/as.

Assim, se não há impossibilidade relacional em termos lógicos para a adoção deste conjunto de técnicas, entendo, que esta “não” adoção técnica (no sentido comercial) deve ser analisada em relação a um quadro conjuntural, com especial enfoque político-econômico, pois o que tem dificultado a adoção de técnicas agroecológicas com finalidade comercial pela maioria dos/as assentados/as residentes no Assentamento Rural Colônia I é um quadro de incompatibilidade entre desejo (daqueles que afirmam ter interesse em produzir, que são a maioria) e indisponibilidade de capital econômico (crédito rural) e simbólico (rede de contatos) para investir na produção de alimentos orgânicos com fins comerciais.

Cabe ressaltar que por conjuntura caracteriza-se uma *estrutura* (LEVI-STRAUSS, 1986 [1972]) detentora de gramaticalidade lógica, a qual compreende um emaranhado de relações circunstanciais que influenciam as circunstâncias sociais vigentes num momento histórico particular sem necessariamente fazerem sentido do ponto de vista da *racionalidade instrumental* (WEBER, 2005 [1904]). Sobre a conjuntura rural brasileira cabe uma breve caracterização acerca de dois pontos específicos: o sucesso do modelo agroexportador e a escassez relativa²¹ de alimentos.

²¹ Relativa porque não está ligada ao sentido absoluto da produção, mas à disponibilidade de alimentos para consumo.

De acordo com Romeiro (1994) as características de mais de quatro séculos de desenvolvimento agropecuário brasileiro podem ser sintetizadas em:

De um lado, grande sucesso comercial das culturas de exportação e de outro, escassez relativa de gêneros alimentícios, exploração predatória da natureza, escravização da mão-de-obra, seguida de precárias condições de acesso à terra e emprego e excedente de mão de obra. (ROMEIRO, 1994:118, grifos meus)

Em relação ao grande sucesso comercial das culturas de exportação este é facilmente verificável ao observar que a balança comercial do *agronegócio* brasileiro teve em 2010 saldo positivo de US\$ 63.034 milhões (DIEESE, 2011). Já em relação ao problema da escassez relativa de alimentos, pode-se verificar que desde o período colonial esta tem sido uma preocupação dos governos nacionais

Segundo Romeiro (1994) a coroa portuguesa procurou assegurar o abastecimento das cidades coloniais por meio de algumas determinações legislativas como, por exemplo, a “Provisão de 24 de abril” que tornava obrigatório o cultivo de mandioca, considerada naquele momento “o pão da terra”, em área equivalente àquela destinada às atividades de exportação. Este quadro de suposta escassez crônica de alimentos facilitou o surgimento de agentes sociais conhecidos como “atravessadores”.

Maria Helena, assentada rural, conceitua “atravessadores” como: *“pessoas que vem até a propriedade rural compram os alimentos agrícolas barato e vendem na cidade por um preço alto”*. Estes “atravessadores” compram os alimentos agrícolas por um baixo preço porque se encarregam de buscar os alimentos na propriedade rural do pequeno agricultor e comercializá-los nos centros “urbanos”, em geral, nas Centrais de Abastecimentos regionais, que em Brasília/DF significa vender os produtos na CEASA(DF).

As quatro famílias de beneficiários residentes no Assentamento Rural Colônia I que produzem alimentos mediante técnica de agricultura convencional possuem automóvel próprio e transportam elas mesmas seus alimentos para a CEASA. Ao relatar sua experiência com “atravessadores” um agricultor afirma que: *“graças a Deus se livrou dos atravessadores”*, pois a renda obtida neste período era muito baixa. Além das quatro famílias beneficiárias que produzem alimentos agrícolas por meio da agricultura convencional de modo consolidado há uma quinta pessoa empreendendo essa atividade no local: Maria Helena.

Ela é irmã de Marta, beneficiária do INCRA de acordo com o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária- Sipro consultado na sede do INCRA em Brasília (DF). Marta trabalha como agente de saúde do Município de Padre Bernardo (GO) sendo umas das poucas pessoas residentes no Assentamento Rural Colônia I, a única entrevistada, que desenvolve atividades profissionais no município. E, portanto, segundo ela mesma: *“não possui tempo disponível, atualmente, para trabalhar na roça”*. Sua irmã Maria Helena construiu uma casa em sua parcela rural e lá vive com cônjuge.

Maria Helena tem desenvolvido atividades agrícolas desde o começo do processo de assentamento no local. Já produziu alimentos a partir do modelo “convencional” de agricultura (utilizando fertilizantes químicos e agrotóxicos), já produziu alimentos orgânicos, já passou períodos sem produzir comercialmente e, atualmente, está retomando a produção de alimentos por meio das técnicas de agricultura “convencionais” com finalidade comercial. Entretanto, os alimentos que está produzindo têm sido vendidos a “atravessadores”, o que segundo ela não é bom, mas é a única solução, devido ao fato desta não ter capital econômico para investir em um automóvel e levar ela mesma os produtos para a CEASA.

Pode-se inferir, portanto, que no caso de Maria Helena as dificuldades de viabilização produtiva, seja em produzir alimentos “convencionais” ou “orgânicos”, resultam da insuficiência de seu capital econômico para comprar um automóvel. Então, a solução para viabilizar a produção agrícola de Maria Helena residiria em que a mesma participasse do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF: programa de crédito voltado para a agricultura familiar. Certo?

Supondo que Maria Helena acessasse o endereço eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA especificamente a página da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF ela descobriria que:

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária[...]Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a Emater para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE). (MDA, 2012)

Neste sentido Maria Helena, assentada rural da reforma agrária, deveria procurar o INCRA. Em Brasília há dois prédios do INCRA. Provavelmente Maria Helena iria, inicialmente, ao INCRA/Sede que se situa no centro da capital próximo a Esplanada dos Ministérios e à Rodoviária de Brasília. Chegando lá Maria Helena descobriria que questões relacionadas ao Assentamento Rural Colônia I, situado na Região do Entorno de Brasília, são de competência da Superintendência Regional 28 do INCRA. Local este situado no Setor de Indústrias e Abastecimento da capital, região de mais difícil acesso pelo transporte público. Ela, por exemplo, precisaria pegar um ônibus na beira da estrada próxima ao Assentamento Rural Colônia I com destino a Brasília(DF)²². Chegando à rodoviária de Brasília Maria Helena deveria pegar um ônibus que passasse pelo Setor de Indústrias e Abastecimento- SIA. E ao chegar a seu destino final pegaria uma senha para ser atendida naquele dia, com sorte Maria Helena seria atendida em poucos minutos.

Após conversar com um servidor público do INCRA ela descobriria que, devido à beneficiária da parcela rural em questão ser Marta, sua irmã, ela precisaria voltar ao local de posse do número no Cadastro Nacional de Pessoa física- CPF- de Marta, sendo que provavelmente Marta necessitaria acompanhá-la, e assim o processo de solicitação de crédito se desenvolveria.

Nesta direção Maria Helena poderia precisar voltar ao INCRA SR 28 muitas ou poucas vezes até que conseguisse ou não o crédito rural utilizando assim alguns dias que, anteriormente, seriam destinados ao trabalho agrícola para essa empreitada em busca de financiamento. Tal dispêndio de tempo seria, provavelmente, sentido em sua renda mensal final já que esta ganha por produtividade, e participa do mercado informal.

Devido à pressão que a renda desenvolve em sua vida seria bastante provável que Maria Helena abandonasse a tentativa de adquirir o crédito e voltasse a depender de “atravessadores”. O “atravessador” por sua vez continuaria obtendo sua renda a partir do lucro entre preço de compra e preço de venda o que pressionaria para baixo a renda de Maria Helena.

Para Romeiro (1994) as dificuldades encontradas por agricultores/as, como Maria Helena, para financiar sua produção agrícola ocorrem devido às condições precárias de acesso ao crédito que facilitam a ação de “atravessadores”,

22 Caso não conseguisse pegar o ônibus direto para Brasília(DF) teria que ir até Brazlândia(DF) e de lá seguir viagem para Brasília(DF).

o que mantém a renda dos agricultores/as baixa e os preços de alimentos agrícolas para os consumidores/as elevados em relação ao valor real pago aos agricultores/as. Tal fato corrobora para uma idéia de escassez relativa de alimentos que não condiz com as relações sociais de trabalho e produção estabelecidas no meio rural local (e talvez nacional).

Por exemplo, quando há uma seca decorrente de uma mudança climática e os preços de determinado alimento agrícola sobem para o consumidor, isso não significará que o “atravessador” pagará um preço mais elevado para o agricultor, devido a diminuição da oferta e manutenção da demanda estável. A lei da “oferta e da demanda”, neste caso, não atinge os agricultores/as. Entretanto, quando um determinado produto agrícola tem produtividade elevada em um período no quadro do conjunto de pequenos e médios agricultores “familiares” e a alta na oferta associada à estabilidade da demanda faz os preços para o consumidor diminuírem atingindo assim os lucros de “atravessadores” o “prejuízo” é socializado com os agricultores que recebem ainda menos dinheiro pelo alimento agrícola. E, além disso, os agricultores/as arcam sozinhos/as com o prejuízo por alguns alimentos que por serem perecíveis estragam antes de serem vendidos.

Ao afirmar que a teoria de escassez relativa de alimentos é um “mito” e que os preços disponibilizados para consumidores em alimentos agrícolas oriundos da agricultura familiar não condizem com a quantia real recebida pelos agricultores alerta para o fato de que os “atravessadores”, sejam eles pessoas ou supermercados, regem as relações de produção e consumo de alimentos agrícolas levando os consumidores a acreditarem que há menos disponibilidade de alimentos do que realmente há, no sentido estratégico de manter suas margens de lucro estáveis.

Assim no imaginário dos consumidores se perpetua, muitas vezes, a idéia de que são produzidos poucos alimentos agrícolas; de que haveria uma suposta escassez de alimentos; uma crise de abastecimento alimentar. Idéia esta que valida socialmente a prática de atividades agrícolas de larga escala baseadas em sistemas de monocultura, produção de apenas uma espécie agrícola em grande quantidade, em detrimento dos sistemas agroflorestais em que a produtividade agrícola aumenta em função da diversidade de espécies consorciadas em um sistema de pequena escala.

3.1.1 O fator econômico

Maria Helena não é apenas irmã de Marta, é também irmã de Marli, produtora de alimentos orgânicos, que é irmã de Marlene, produtora de agricultura “convencional”, que é irmã de Martin, produtor de alimentos agrícolas de base não-agroecológica, que é irmão de José Carlos, que trabalha na “cidade” e que também é irmão de Marta, agente de saúde e irmã de Antônio Lourenço que desenvolve suas atividades fora da agricultura.

São ao todo setes irmãos sendo seis beneficiários do INCRA cujo exemplo corrobora para a percepção da complexidade das práticas relacionais de trabalho existentes no Assentamento Rural Colônia I. Um elemento, entretanto, parece preponderante nas falas de cada um desses/as agricultores/as acerca dos obstáculos encontrados no desenvolvimento de suas práticas agrícolas: o fator econômico.

Ao ser questionado sobre o porquê de nunca ter produzido alimentos orgânicos Martin afirma que: *“para entrar no orgânico tinha que parar de produzir convencional e isso não deu para fazer porque como eu ia trocar o certo pelo duvidoso? Eu tiro minha renda toda da agricultura, não posso ficar sem trabalhar pra limpar o solo do agrotóxico”*. A fala de Martin evidencia aquilo que João define como: *“uma aposta nos orgânicos”*. Tendo em vista que optar pela produção de alimentos orgânicos levou os/as agricultores/as envolvidos a se lançarem em uma empreitada com resultados, naquele momento, imprevisíveis.

Mas, afinal, o que são orgânicos? Para Saraiva (2009) a agricultura orgânica:

é o conjunto de técnicas agrícolas, agropecuárias e de preservação ambiental adaptadas à realidade local de acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida. O produto orgânico não tem agrotóxicos, insumos químicos ou transgênicos. (SARAIVA, 2009:220)

Neste sentido se a agricultura orgânica caracteriza-se por ser um conjunto de técnicas agrícolas que seguem os princípios do *desenvolvimento sustentável* é importante qualificar o que seria este modelo de desenvolvimento.

Almeida (1997) considera que o termo *desenvolvimento* ganhou força no século 20 tornando-se um componente ideológico da civilização ocidental. Para ele

foi dentro do liberalismo que a idéia de *desenvolvimento* substituiu a idéia de *progresso*²³ vigente até então.

Foram os países pouco desenvolvidos industrialmente que contribuíram de modo determinante para o colapso da idéia de progresso, pois nestes países esse conceito: *“nunca pôde ser verdadeiramente considerado, na medida em que o avanço indefinido dos melhoramentos técnico-científicos não aconteceu e que não houve um recuo progressivo e definitivo da miséria”* (ALMEIDA, 1997:35)

Assim emergia a noção de *desenvolvimento*, que pretendia colocar em evidência as dimensões: econômica, social e cultural das transformações sociais. Neste sentido desenvolver-se seria *“difundir potencialidades para atingir a maturidade”* (Almeida, 1997:37) Mas e quanto à noção de “desenvolvimento sustentável”?

O termo *desenvolvimento sustentável* consiste em sua essência na noção de: *“potencializar esquemas de desenvolvimento que tem como objetivo a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras”* (GUZMAN, 1998: 19).

Ou seja, possibilitar não apenas o crescimento econômico, mas o “desenvolvimento” sócio-econômico associado à conservação ambiental. Aquilo que Duarte (2002) chamaria de *“ecologicamente correto e socialmente justo”*.

A emergência do termo desenvolvimento sustentável começa a ser gestada no início dos anos 1970 a partir da Conferência de Estocolmo realizada em 1972, entretanto, emerge oficialmente em 1987 no Relatório de Brundtland, também conhecido como Relatório “Nosso Futuro Comum”, fruto da Reunião da Comissão Mundial de Meio Ambiente e do Desenvolvimento. Posteriormente na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento também conhecida como Eco 92 o termo amplifica-se no cenário mundial. (GUZMAN, 1998)

Recentemente, na Conferência Rio + 20 o termo passa a fazer parte, ainda mais, dos noticiários jornalísticos e do discurso oficial do Estado brasileiro associado sempre a uma noção de “causa global” apoiada pela Organização das

23 O conceito de progresso por sua vez tem raízes no enciclopedismo francês do século 18 e no positivismo do século 19. Era entendida como quase que um sinônimo de “evolução” no sentido evolucionista do termo. O progresso era visto no sentido de “melhoramento” e de crescimento tanto das condições de vida quanto no campo científico. A noção de progresso, contudo, fragilizou-se com a crise financeira dos anos 1930 e ao fim dos anos 1970 entrou em colapso no mundo “industrializado” (ALMEIDA, 1997).

Nações Unidas. Entretanto, por trás do termo *desenvolvimento sustentável* há um conjunto de práticas que, certamente, não emergiu no Relatório de Brundtland.

Trata-se de perceber que várias práticas associadas ao conceito de *desenvolvimento sustentável* fazem parte, já a algum tempo, do conjunto de práticas sociais de alguns povos indígenas da Amazônia como podem evidenciar os trabalhos de Posey (1996), Balée (1993) e Ewart (2005). O conceito de “agrobiodiversidade”, por exemplo, quando observado em contexto de alguns povos e comunidades tradicionais traz a tona a perspectiva de que: “*a conservação e a valorização da diversidade agrícola não se limita ao recurso fitogenético, mas sim ao patrimônio cultural associado*”. (EMPERAIRE, 2005:34)

Patrimônio este que envolve o conhecimento tradicional ligado às diferentes formas de manejo agrícola associadas às práticas sociais tradicionais locais que podem ser sistemas de parentesco, ritos religiosos, entre outras práticas que promovam a conservação da biodiversidade: “*satisfazendo as necessidades da geração presente sem comprometer a gerações futuras*” (GUZMAN, 1998). E indo além, não apenas conservando, alguns povos e comunidades tradicionais produzem biodiversidade.

É tendo em vista que o desenvolvimento sustentável está para além do discurso oficial (do poder público) que considero importante ressaltar que muitos agricultores e agricultoras residentes no Assentamento Rural Colônia I, apesar de não produzirem alimentos orgânicos comercialmente os cultivam em hortas caseiras para fins de subsistência. Há assentados/as, por exemplo, que não tem atuado profissionalmente na agricultura, mas cultivam próximo às suas casas hortas em que não são utilizados nem fertilizantes químicos nem agrotóxicos, nem sementes transgênicas. Entendo, assim, que a produção de orgânicos desenvolve-se para além de práticas comerciais.

Tendo em vista que a maior parte dos assentados/as entrevistados/as, tanto aqueles/as que produzem alimentos orgânicos quanto aqueles/as que produzem alimentos “convencionais” ou ainda os/as que não desenvolvem nenhuma atividade profissional no setor agrícola, possui em sua propriedade rural hortas caseiras e sazonalmente (de tempos em tempos) cultiva alimentos para consumo próprio sem a utilização de agrotóxicos e/ou fertilizantes químicos. Cabe inferir que segundo os dados desta pesquisa a insuficiência de capital econômico por parte dos agricultores familiares da reforma agrária residentes no Assentamento Rural Colônia

I não tem inviabilizado o cultivo de orgânicos por estes, mas tem inviabilizado a produção de orgânicos com finalidade comercial.

Ponto relevante desta observação é mencionar que a maioria destas pessoas não nomeia suas práticas como agroecológicas ou produção de orgânicos. Para elas a produção de alimentos orgânicos é identificada com a produção comercial de alimentos orgânicos e com os conhecimentos desenvolvidos pela extensão rural da Universidade de Brasília no local. Assim, no âmbito da classificação posta para alimentos orgânicos por Saraiva (2002), que utilizo neste trabalho, é pertinente fazer uma diferenciação classificativa que coloca em locais diferentes a *produção de orgânicos* para fins comerciais e o *cultivo de orgânicos* para consumo próprio.

A pergunta pertinente neste contexto continua sendo: se há interesse de agricultores em produzir mediante técnicas agrícolas sustentáveis, a maioria inclusive já cultiva alimentos sem a utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos, por que a produção de alimentos orgânicos no local ainda é minoritária?

A resposta para esta questão traz a tona o velho personagem: capital econômico. E a solução, compreendo, outro desgastado personagem: o poder público

3.2 – Extensão e Assistência Técnica Rural

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) alteraram a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e foram instituídos pelo poder público nacional.

A PNATER começou a ser implementada segundo Caporal (2005) no fim do ano de 2003. No que tange aos recursos econômicos a PNATER indica que: “*Na destinação dos recursos financeiros da PNATER, será priorizado o apoio às entidades e aos órgãos públicos e oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.*” (BRASIL, 2010:01) E sobre a “questão ambiental” em seu artigo 4º inciso I a PNATER identifica como um de seus objetivos: “*promover o desenvolvimento rural Sustentável*” (BRASIL, 2010:02)

É perceptível, portanto, que a *questão ambiental* não se encontra amplificada apenas em noticiários jornalísticos ou em Relatórios da ONU. Tal questão está incorporada ao discurso oficial do poder público brasileiro. O mesmo Estado que décadas atrás promoveu através dos “pacotes tecnológicos” processos de degradação ambiental nos cerrados brasileiros pretende-se promotor do desenvolvimento rural sustentável. Isso significaria, então, um abandono do *agronegócio* e o início de uma transição agroecológica na agricultura brasileira? Caporal (2005) afirma que:

O que vemos hoje, sob a orientação de um mesmo Governo nacional é a disputa de dois modelos de desenvolvimento rural e de agricultura: um modelo já velho, não sustentável, mas ainda hegemônico; e outro, em construção, que trata de buscar a sustentabilidade. (CAPORAL, 2005: 08)

Há, portanto, uma disputa de poder dentro da máquina pública entre as práticas agrícolas do *agronegócio* e as práticas que visam à agricultura familiar na agricultura. Para o referido autor a manutenção do apoio e financiamento subsidiado de atividades consideradas insustentáveis, baseadas nos “pacotes tecnológicos” da “Revolução Verde”, força a ocupação de novas áreas especialmente no Cerrado e na Amazônia e são elementos que podem retardar a mudança paradigmática do desenvolvimento rural brasileiro. Para Caporal (2005) a Agroecologia não é apenas uma das ferramentas, mas uma das bases da nova Assistência Técnica e Extensão Rural da PNATER.

Sobre esta nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural cabe dizer que: *“Ao contrário de métodos que geram dependência e alienação, deverão ser adotadas metodologias que possam contribuir para o “empoderamento” dos atores sociais.”* (CAPORAL, 2005:02)

Ou seja, o modelo de Extensão Rural Agroecológica que desenvolveu no Assentamento Rural Colônia I atividades geradoras de *empoderamento* de atores sociais é, neste momento, também o modelo a ser seguido por outros processos de extensão e assistência técnica rural em assentamentos da reforma agrária no país promovidos e financiados pelo poder público através da PNATER.

A correlação de forças dentro da máquina pública a qual se reporta Caporal (2005) refere-se à existência no Brasil de dois ministérios da Agricultura antagônicos: o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Sendo o primeiro caracterizado

pejorativamente por alguns ambientalistas como “ministério do agronegócio” ou “ministério do latifúndio” e o segundo caracterizado pejorativamente por “ruralistas” como “ministério da agricultura familiar” ou “ministério do sem-terra”. Ambos os Ministérios competem por recursos junto à União e possuem posturas antagônicas em relação a debates políticos polêmicos como, por exemplo, a questão da utilização de organismos geneticamente modificados na agricultura (alimentos transgênicos), a ocupação de terras improdutivas para a reforma agrária e a problemática dos “agrotóxicos”, que devido o exagero na aplicação de agrotóxicos nas lavouras brasileiras tem deixado de ser uma questão relacionada especificamente à produção agrícola e se transformado num problema de saúde pública. Nesta correlação de forças as políticas voltadas para a agricultura familiar e reforma agrária tem se fortalecido nos últimos anos:

Entre 1985 e 2005 os gastos médios anuais com políticas agrícolas “tradicionais” foram reduzidos de R\$ 19,5 bilhões para R\$ 5,8 bilhões ao ano, enquanto os gastos com organização agrária e agricultura familiar cresceram de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 4,9 bilhões ao ano. (CHADDAD, JANK e NAKAHODO, 2006)

A atual conjuntura “rural”, do ponto de vista das políticas públicas, apesar de não fugir da *gramaticalidade* em que as disputas por recurso dão-se no âmbito da Política Orçamentária da União obedecendo a um conjunto de normas, inclusive jurídicas, compreende relações circunstanciais que desenham a realidade social de um modo que, do ponto de vista da *racionalidade instrumental*, não faz sentido.

Ao bancar o funcionamento de dois ministérios o poder público nacional aparentemente gasta recursos públicos em dobro, o que soa “sem sentido” do ponto de vista da relação custo x benefício presente na *racionalidade instrumental* e aponta para uma *racionalidade substantiva* (SERVA, 1997) baseada em julgamentos de valor que presumem importante para o desenvolvimento do país esta disputa de poder. Esta *racionalidade substantiva*, contudo, é permeada por relações circunstanciais que mudam a todo o momento.

Pensada desta maneira a disputa entre Ministérios, entre projetos de desenvolvimento “rural”, apresenta-nos a vitalidade de um campo de poder que está em formação e que reivindica espaço no poder público: o *campo ambiental*.

O campo ambiental em formação caracterizado: “*como um espaço social onde os conflitos e debates em torno do reconhecimento da autoridade sobre desdobramentos da problemática ambiental pode ser processar*” (GEHRARDT;

ALMEIDA, 2003a:13). Tende a gerar conflitos colocando em jogo o reconhecimento de discursos e modos de pensamento sobre o meio ambiente. Instituinto assim uma arena de disputas acerca daquilo que seria ambientalmente ou ecologicamente (in)correto.

Tal disputa, além de produtora de discursos sobre o meio ambiente se materializa, por exemplo:

na implantação de um reserva ecológica; na abertura de escritório de uma secretaria de meio ambiente; na instalação de uma ONG; na atuação da fiscalização de um órgão ambiental; na criação de um departamento do meio ambiente por prefeituras locais; nos processos erosivos e de assoreamento de rios. E até mesmo através da valorização estética, por exemplo, das paisagens rurais compostas de penhascos, desfiladeiros, cachoeiras, lagoas e, porque não dizer, dos agricultores familiares. (GEHRARDT; ALMEIDA, 2003b:12-13:)

Ao reconhecer certas condições objetivas, que são construídas social e historicamente, chega-se à perspectiva de uma invenção da problemática ambiental em que inventar não significa que o *discurso ambiental* deriva de uma convergência de forças etéreas pairando acima da realidade social, mas uma conjunção de forças estruturadas e estruturantes: um *habitus* (BOURDIEU, 2007), que toma corpo no cotidiano das pessoas com base em relações circunstanciais em que agentes sociais disputam por legitimidade na construção de um sentido comum acerca da problemática ambiental. (GEHRARDT; ALMEIDA, 2003b)

A construção deste sentido comum em que interagem uma racionalidade *instrumental* e uma racionalidade *substantiva* faz emergir aquilo que Brandenburg (2011) chama de uma *racionalidade socioambiental*. No que tange às práticas agrícolas interessa saber que os agentes sociais envolvidos no processo de desenvolvimento “rural”, sejam eles ligados ao “Ministério do agronegócio” ou ao “Ministério da Agricultura Familiar”, empreendem uma argumentação baseada em argumentos diversos: cientificidade, tecnologia, sustentabilidade, segurança alimentar, no sentido de definir o que é “correto” ou adequado em relação às práticas agrícolas associadas ao meio ambiente minimizando assim as conseqüências de prejuízos ambientais. (GEHRARDT; ALMEIDA, 2003b)

Estas relações são circunstanciais, pois além de circunscritas em um processo histórico de formação de uma “questão ambiental” utilizam-se circunstancialmente de elementos de racionalidade *instrumental* e *substantiva*. Um notável exemplo é o caso do novo código florestal brasileiro em que os chamados

“ruralistas” utilizaram a argumentação de que agricultores/as familiares tem tido historicamente dificuldades em cumprir a rigorosa legislação ambiental nacional como argumento legitimador de mudanças no novo código florestal. Por outro lado, “ambientalistas” contra-argumentavam que estas dificuldades são resultado de políticas públicas historicamente insuficientes no que tange à educação ambiental e à assistência técnica “rural”, porém sem – em geral - negar a existência de tal dificuldade por parte dos agricultores/as em cumprir a legislação. Um mesmo fato histórico: o descumprimento da legislação ambiental foi utilizado, neste sentido, como fator explicativo para duas soluções: a mudança na norma jurídica ambiental, por um lado, e a mudança em políticas públicas ambientais por outro lado.

A racionalidade socioambiental, portanto, não é monopólio do discurso ambientalista. Sendo o *campo ambiental* em formação permeado por outros campos socialmente instituídos como o *campo científico* e o *campo jurídico* (GEHRARDT; ALMEIDA, 2003b). Mas e quanto aos agricultores e agricultoras? Como estes se inserem *no campo ambiental*?

Sobre isso cabe relatar que como um dos resultados desta pesquisa verificou-se que a assistência técnica estatal, inicialmente, aplicou a todas as parcelas rurais do Assentamento Rural Colônia I um mesmo módulo de produção, desconsiderando a vocação familiar e condições ambientais locais em sua atuação. Entretanto, em um segundo momento, a mesma assistência técnica tem buscado a incorporação de métodos participativos em sua atuação no Assentamento. Foi acompanhada a restituição do Índice de Desenvolvimento Rural Comunitário (IDCR) realizado pela EMATER-DF em vinte e uma das vinte e três Unidades Produtivas existentes no Assentamento Rural Colônia I no período de 2010-2011.

Sobre o IDCR cabe citar:

O Projeto IDCR é um instrumento que pode auxiliar os agentes do desenvolvimento rural a trabalhar no processo de desenvolvimento por meio do “empoderamento” dos membros da comunidade e dos diversos atores que atuam nesse processo. Ele está sistematizado em seis dimensões e propõe “capacitar” os integrantes da comunidade, antes de iniciar a atividade de levantamento de dados, para que eles se sintam pertencidos ao projeto. Pertencimento este, fundamental para a motivação, entusiasmo e engajamento que darão continuidade e sustentabilidade ao processo de desenvolvimento do espaço rural. (ORSI, 2009:29)

Este segundo momento da atuação de técnicos/as da EMATER-DF no Assentamento Rural Colônia I tem sido feito em parceria com estudantes e técnicos/as do Grupo de Extensão Rural PEQUISAÇÃO da Universidade de Brasília

campus Planaltina(DF). Há, portanto, uma articulação entre poder público, via EMATER-DF, e extensão rural da Universidade de Brasília, via PEQUISAÇÃO. Articulação esta que visa trabalhar processos de desenvolvimento a partir da noção de *empoderamento* dos agentes locais (ORSI, 2009).

Ao observar a reunião de restituição do IDCR no Assentamento Rural Colônia I percebi que há certa desconfiança por parte de agricultores/as em relação à EMATER-DF, o que se explica facilmente ao observar o histórico de endividamento ocasionado pela implantação dos ditos “pacotes tecnológicos” no período inicial da história do Assentamento Rural estudado. Entretanto, pra além disso, apesar das “controvérsias” que continuam sendo debatidas dentro do *campo ambiental*. Estas “controvérsias” encontram-se: “*condicionadas a uma doxa, o que exclui ou marginaliza posições e argumentos com menor capacidade de responder conforme o nomos exigido pelos agentes participantes*”. (GERHARDT; ALMEIDA,2003a:08)

As expressões *doxa* e *nomos* utilizadas no sentido empregado por Bourdieu(1998) aferem para, no caso da primeira, a uma constituição de regras fundamentais as quais as disputas podem ser formadas dentro do *campo* através de *discursos ambientais* que se movimentam de acordo com essas regras impostas por meio dos modos de pensamento (*habitus*) do *campo ambiental* sob a pena de serem excluídos do processo de discussão aqueles/as que não se adequem. E a segunda relaciona-se aos pressupostos implicados pela própria pertença social do agente envolvido. (GERHARDT; ALMEIDA, 2003a)

Logo, as intencionalidades expressas no discurso dos técnicos/as da EMATER observados durante a restituição do IDCR ou no discurso das políticas públicas, PNMA e PNATER, traduzem a emergência uma “problemática ambiental” de significação “partilhada”, o que na perspectiva da intervenção do poder público frente aos processos de desenvolvimento sustentável significa um considerável avanço. Entretanto, empreende um: “*modelo único de agricultura “agroecológica”, como se fosse possível delimitar a existência de uma forma correta, única e acabada de produzir ecologicamente*” (GERHARDT; ALMEIDA, 2003a:10).

Implicação que relega aos agricultores e agricultoras, principais afetados pelas diferentes práticas agrícolas e projetos de desenvolvimento estabelecidos, um papel de coadjuvantes, devido sua pouca inserção no *campo ambiental*. Neste sentido a ideia de “empoderamento” presente, por exemplo, na restituição do IDCR

em que foi perguntado aos agricultores/as se estes/as tinham interesse em desenvolver este ou aquele projeto pareceu-me distante de propiciar o *empoderamento* a fim de que estes agentes insiram-se no *campo ambiental*. Pois, entendo que esta é apenas uma metodologia consultiva ou talvez uma metodologia participativa, mas não uma metodologia que propicie um efetivo processo de *empoderamento* como o sugerido pela Agroecologia.

Em que há uma *hibridização* entre “saberes locais” e “científicos” resultando num processo de desenvolvimento rural que não seja nem de cima para baixo/fora para dentro nem de baixo para cima/dentro para fora, mas num caminho do meio permeado por múltiplas intencionalidades: o que poderia ser entendido em termos de um processo de desenvolvimento rural “endo-exógeno”. Sendo assim o caminho para efetivar a atuação da maior parte das famílias residentes no Assentamento Rural Colônia I em práticas agrícolas de produção de alimentos orgânicos dar-se-á pela inserção, mesmo que relativa, destas no *campo ambiental*. Circunstância que para acontecer necessita da construção de processos de *empoderamento* em que agentes locais não apenas incorporem discursos e práticas acerca da sustentabilidade enquanto agentes locais. É fundamental que os agentes locais *empoderem-se* enquanto agentes do desenvolvimento rural sustentável.

Essa compreensão deve-se à observação de que apesar de vários assentados e assentadas desenvolverem práticas sustentáveis apenas aqueles/as que aderiram ao projeto agroecológico de desenvolvimento rural *empoderando-se* enquanto agentes do desenvolvimento rural sustentável produzem orgânicos comercialmente no Assentamento Rural Colônia I. Sendo a adesão a este projeto um resultado, por um lado, da participação dessas pessoas em projetos de Extensão Rural Agroecológica da Universidade de Brasília e, por outro lado, fruto de uma “aposta nos orgânicos” associada às *subjetividades* e *agenciamentos* dos envolvidos. Assim a Extensão Rural Agroecológica tem sido importante para os residentes do Assentamento Rural Colônia I não apenas pelos processos educacionais da extensão universitária, mas principalmente por ampliar a rede de contatos de assentados/as e contribuir com *expertise* na captação de recursos econômicos indispensáveis à viabilização da transição agroecológica na agricultura familiar voltada para a reforma agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O questionamento acerca do que estamos construindo nos leva a dois lugares distintos, porém complementares. De um lado, um *campo ambiental* e, de outro, um modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural compatível com os interesses desencadeados pela emergência da “problemática ambiental”.

Este trabalho tem como principais resultados a verificação de que as práticas da extensão rural agroecológica têm sido desenvolvidas no Assentamento Rural Colônia I de modo que não se pretende apenas que técnicos/as considerem a vocação familiar e as características ambientais locais no momento de realizar ou executar projetos ecossociais. A extensão rural agroecológica almeja que os próprios agentes-locais a partir de um processo de *aprendizagem* passem por um processo de *empoderamento*, participem da confecção dos projetos de desenvolvimento local em parceria com os agentes-técnicos-extensionistas.

E, posteriormente, que se tornem eles e elas próprios/as *agentes do desenvolvimento rural sustentável* construindo projetos e articulando soluções a partir das práticas e vivências locais associadas aos conhecimentos produzidos anteriormente em processos de extensão rural agroecológica. Pretensão esta que foi alcançada parcialmente no Assentamento Rural Colônia I. Parcialmente, pois uma minoria de famílias aderiu ao projeto de desenvolvimento rural sustentável promovido no local pela Extensão Universitária da Universidade de Brasília em suas relações de trabalho cotidianas.

Há uma marcante presença do *discurso ambiental* nas práticas daqueles que participaram e daqueles/as que não participaram das atividades promovidas pela extensão rural agroecológica no local. A presença destes discursos foi influenciada pelo processo de extensão rural, apesar desta ter suas raízes em práticas anteriores a este processo: ao próprio processo de assentamento das famílias em uma Área de Proteção Ambiental - APA e à amplificação do debate acerca da “problemática ambiental”, por exemplo, nos meios de comunicação de massa.

Apesar, da presença destes discursos a produção comercial de alimentos orgânicos só aconteceu no caso daqueles/as que se *empoderaram* durante o processo de extensão rural e decidiram “apostar nos orgânicos”. Escolha esta associada às *subjetividades* e *agenciamentos* dos agentes envolvidos que tem se recriado não

como “camponeses/as”, mas como agentes de desenvolvimento rural sustentável reivindicando, inclusive, espaço no *campo ambiental* em formação.

Ocupar espaço como protagonistas neste *campo*, entretanto, não tem sido tarefa simples para os/as agricultores, pois o *campo ambiental* pressupõe um sistema de modos de pensamento e práticas sociais que implicam que os agentes manipulem códigos oriundos dos *campos* científico e jurídico que não são, na maioria das vezes, de amplo domínio dos agricultores/as familiares.

Assim a extensão rural agroecológica tem sido importante para os residentes do Assentamento Rural Colônia I por: contribuir para a inserção destes/as em processos educacionais, inicialmente, da extensão universitária, mas que em alguns casos chega a níveis de ensino técnico e superior; ampliar a rede de contatos de assentados/as e auxiliar com *expertise* na captação de recursos econômicos indispensáveis à viabilização da transição agroecológica na agricultura familiar voltada para a reforma agrária.

Sendo o fator econômico principal complicador da adesão de agricultores/as à produção de alimentos orgânicos comercialmente e as políticas públicas de financiamento para agricultores familiares e da reforma agrária, atualmente, insuficientes e demasiadamente burocráticas o que inviabiliza que se engendrem mais projetos agroecológicos de produção comercial de orgânicos no caso do Assentamento Rural Colônia I. Mesmo quando há intencionalidade de agricultores/as que no momento não trabalham na agricultura em iniciar tal produção.

Foi observada também a presença de um componente ideológico na construção de projetos ecossociais no Assentamento estudado que aponta para a valorização do trabalho comunitário em detrimento ao trabalho individual. Valorização esta que não é necessariamente compatível com as intencionalidades nem de agentes técnicos, nem de agentes locais e apresenta-se, certas vezes, muito mais como um fator complicador do que como um facilitador dos processos de extensão rural agroecológica.

E, por fim, tendo em vista aquilo que Duarte (2012) considera uma equação entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo foi percebida uma arena dentro do poder público nacional em que “ruralistas” e “ambientalistas” disputam pela promoção de dois modelos de desenvolvimento rural: um baseado nas práticas do *agronegócio* e outro nos pressupostos da *Agroecologia*. Desse modo

nos últimos anos as práticas agroecológicas tem ganhado força dentro do Estado o que se materializa na atual Política Nacional de Assistência e Extensão Rural (PNATER). Não é, contudo, esta tendência definitiva ou mesmo estável, pois esses processos são constituintes de um *campo ambiental* em construção.

Neste sentido ao considerar a heterogeneidade característica das práticas agroecológicas, tanto em relação ao seu padrão tecnológico quanto suas formas sociais, há um processo de oxigenação dos debates acerca da agricultura familiar, da questão agrária e das formas de desenvolvimento no Brasil estimulado por esta heterogeneidade (ALMEIDA, 2003). Por trás das técnicas agroecológicas utilizadas pela extensão rural da Universidade de Brasília há um projeto de *racionalidade socioambiental* a construir-se.

Assim ao sair do Assentamento Rural Colônia I tive a sensação de que há uma diversidade de fatores pontuais que dificultam a produção de orgânicos no local, por exemplo, escassez hídrica, mão-de-obra familiar insuficiente. Entretanto, há um elemento que permeia de modo transversal essas dificuldades: o capital econômico. Certamente existem ressalvas a serem feitas nesse sentido. Algumas famílias possuem capital econômico suficiente para a produção de orgânicos e produzem alimentos a partir de técnicas agrícolas convencionais. Explicando esta opção por meio do fato de não possuírem uma rede de contatos que os proporcionaria inserção no mercado de produtos orgânicos. Há também o caso de um assentado rural que afirma produzir alimentos “convencionais”, pois conhece tanto as técnicas de manejo “convencionais” quanto as técnicas agroecológicas optando pelas “convencionais” por considerar a produção de monocultura, umas das características da produção “convencional”, esteticamente mais interessante do que a produção agroecológica, que é em geral de policultura.

Desse modo a extensão rural agroecológica tem agido (ou talvez “financiado”) a produção de orgânicos no local tanto pela expansão da rede de contatos de produtores o que lhes proporciona mais clientes, mais demanda quanto apoiando os/as agricultores/as na captação de recursos econômicos para o desenvolvimento das práticas agrícolas agroecológicas. Além de desenvolver processos tecnológicos como a produção de “repelentes naturais” em substituição aos agrotóxicos, que tem tornado as técnicas agroecológicas de mais fácil apropriação e reprodução, e de educação ambiental que tem alertado agricultores/as

para o custo ambiental das monoculturas (responsáveis por grande degradação dos solos).

Assim, se é nosso objetivo construir uma extensão rural que não gere dependência entre, de um lado, técnicos/as e extensionistas e, de outro, agricultores/as familiares faz-se necessário que os recursos financeiros sejam disponibilizados (e desburocratizados) pelo poder público e que se construam políticas públicas a fim de garantir condições de acesso para agricultores/as familiares ao competitivo mercado de produtos orgânicos. Incentivos estes necessários não apenas para possibilitar que assentados/as da reforma agrária produzam comercialmente alimentos orgânicos, mas também para garantir que produzam alimentos agrícolas baseados em técnicas de agricultura convencional.

Não havendo incentivos estatais, a tendência permanece sendo a atuação majoritária de assentados/as da reforma agrária em ocupações profissionais fora da agricultura, que no caso do Assentamento Colônia I não tem acontecido por meio de um êxodo rural, mas pelo “englobamento” do “campo” pelas “cidades”. Onde algumas pessoas trabalham na “cidade” durante o dia e dormem no “campo” durante a noite.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. **Pesquisa agrícola, agricultura familiar e sustentabilidade**. Passo Fundo: Embrapa, 1997.

_____. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, vol. 24, n. 2. p. 1-26, 2003.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

BALÉE, W. Biodiversidade e os Índios Amazônicos. In: VIVEIROS DE CASTRO, E. e CARNEIRO DA CUNHA, M. (Orgs). **Amazônia**: Etnologia e História Indígena. São Paulo: Edusp, 1993. p. 385-393.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalinas**. Trad. Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta Editora, 1998.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniella Kern e Guilherme J.F. Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRANDENBURG, A. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural na agricultura: o movimento ecológico na agricultura. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 19, n.1, p. 126-148, 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiente**, lei Federal 6.938/81, 1981. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm> Acesso em: 02 de Janeiro de 2013.

_____. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**, lei Federal 9.985/2000. 2 ed. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Mata Atlântica, 2000.

_____. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária**: Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, lei Federal 12.188/2010, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/download/Lei_12.1882010.doc?file_id=4374714> Acesso em: 02 de Janeiro de 2013.

BURSZTYN, M. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável. In: BURSTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p.59-75.

CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol. 7, n. 5, p.1-12, 2004.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 2003. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

_____. **Política Nacional de ATER**: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. Brasília, [s.n] 2005. Disponível em: <<http://agroecologia.pbworks.com/f/Pnater-+primeiros+passos+....+Caporal.pdf>> Acesso em:

_____. Apresentação. In: THEODORO, S.H; DUARTE, L.G; VIANA, J.N. (Orgs.). **Agroecologia**: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p.13-17.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n.2, p. 13-16, 2002.

CHADDAD, F.R.; JANK, M.S; NAKAHODO, S.N. Repensando as Políticas Agrícola e Agrária do Brasil. Revista “**Digesto Econômico**”, São Paulo, nov-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br>>. Acesso em: 14 de Dezembro de 2012.

CUNHA, N.R.S *et. al.* A intensidade da Exploração Agropecuária como Indicador da Degradação Ambiental na Região dos Cerrados brasileiros. **RER**, Piracicaba (SP), vol.46, n.2, p.291-323, 2008.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. (Coleção TRANS)

DEPONTI, C. M. e ALMEIDA, J. **Sobre o processo de mediação social nos projetos de desenvolvimento**: uma reflexão teórica. Porto Alegre: [s.n], 2008. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/pgdr>> Acesso em: 06 de Julho de 2011.

DESCOLA, P. Genealogia de objetos e antropologia da objetivação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, vol. 8, n.18, p. 93-112, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v8n18/19057.pdf>> Acesso em: 02 de janeiro de 2013.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**.4.ed. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

DUARTE, L. M. G. Desenvolvimento sustentável: um olhar sobre os cerrados brasileiros In: THEODORO, S.H; DUARTE, L.G (Orgs.). **Dilemas do Cerrado**: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 11-24.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Agropecuária, 1996.

EMPERAIRE, L. A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recursos e patrimônio. In: CARNEIRO DA CUNHA (Org.) **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.32, p: 23-35, 2005.

EWART, E. Fazendo pessoas e fazendo roças entre os Panará do Brasil Central. **Rev. Antropol.** São Paulo, v. 48, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003477012005000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 de Janeiro de 2013.

FLEURY, L. C. e ALMEIDA, J. A. Ambientalização dos conflitos sociais no centro-oeste brasileiro: desenvolvimento rural, violência simbólica e a conservação da natureza. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociologia**, Venezuela, vol. 18, n. 4, p.677-693, 2009.

FOUCAULT, M. "Método" In: **História da Sexualidade I: A vontade de Saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FUGIMOTO, S.K. **A universalização do sistema de energia elétrica**: acesso e uso contínuo. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Energia) – Escola Politécnica, Departamento de Engenharia de Energia e Automação Elétrica, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GERHARDT, C. Etnocentrismo e ambivalência nas interpretações sociológicas da novas ruralidades: entre o instrumental e o analítico. In.: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 13 n. 2, p. 190-229, 2005.

GERHARDT, C. e ALMEIDA, J. "Ecologização" dos agricultores ou construção de novos processos de dominação? A problemática ambiental nos espaços rurais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11., 2003a, Campinas. **Anais...** Campinas: SBS, 2003a. 1 CD-ROM.

_____. Invenção de uma "problemática ambiental"? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2003b, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: SOBER, 2003b. 1 CD-ROM.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

GRAZIANO DA SILVA. J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1999 (Coleção pesquisas 1).

GUZMAN, E. S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. (Orgs.) **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998, p.19-32.

_____. A perspectiva Sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3 n.1, 2002.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial [orig. The science question in feminism, *Feminist Studies*, v.14, n.3, 1988]. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.5, p.7-42, 1995.

HERDERSON, D. F. **Permacultura**: as técnicas, o espaço, a natureza e o homem. UnB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Brasília: UnB, 2012.

IBGE. Estatística da Produção agrícola de Março de 2012. In: **Indicadores IBGE**. [S.l.]:[s.n.], 2012. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores>> Acesso em: 15 de Novembro de 2012.

ITACARAMBY, T. Programa Pesco – Avaliação Impropriamente Dita: “Pegadas no Campo”. In: BENSUSAN, N. (Org.). **Unindo sonhos**: pesquisas ecossociais no cerrado. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2009, p.14-41.

JACINTHO, C. **A agroecologia, a permacultura e o paradigma ecológico na extensão rural**: uma experiência no assentamento colônia I – Padre Bernardo – Goiás. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)- Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEITE LOPES, J.S. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v.12, n.25, p.31-64, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. “Estruturalismo e Ecologia”. In: **O olhar distanciado**. Trad. Carmen de Carvalho, Lisboa: Editora Edições 70, 1986 [1972].

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

MACEDO, M. A. O comunitarismo na nova configuração das políticas sociais no Brasil. In: **Em Debate 01**, Rio de Janeiro, PUC-RIO, 2005. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>> Acesso em: 13 de Dezembro de 2012.

MACHADO, J. A. D.; HEGEDÜS, P.; SILVEIRA, L. B. Estilos de relacionamento entre extensionistas e produtores: desde uma concepção bancária até o "empowerment". **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 36, n.2, p. 641-647, 2006.

MARTINS, J. de S. **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [orig. “Arquivos Marx e Engels, Livro I”, 1924].

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Secretaria de Agricultura Familiar**. [S.l.]: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/>> Acesso em: 10 de Dezembro de 2012.

MOLLISON, B. & SLAY, R. M. **Introdução à Permacultura**. [orig. Introduction to Permaculture, 1991] Trad. André Soares. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998.

MORROW, R. Permacultura Passo a Passo. Trad. André Luis Jaeger Soares. Pirenópolis: Econcentro/IPEC, 1993.

NOBREGA DE FARIA, B. **O volume de água ingerido pelas vacas está diretamente relacionado à produção de leite**. [S.l.]: REAGRO, 2010. Disponível em: < <http://rehagro.com.br/plus/>>. Acesso em: 27 de Dezembro de 2012.

ORSI, S. D. **IDCR**: um instrumento de “empoderamento” para apoiar o desenvolvimento rural. Brasília: EMATER, 2009. Disponível em: <www.emater.df.gov.br/sites/200> Acesso em: 17 de Julho de 2011.

ORTNER, S. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.13, n.28, p.375-405, 2007.

POSEY, D. Os povos tradicionais e a conservação da biodiversidade. In: PAVAN, C. (org.) **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia**. São Paulo: Memorial/UNESP, 1996. p.149-157.

ROMEIRO, A. R. Renda e emprego: a viabilidade e o sentido da reforma agrária. In: ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. E.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. (Orgs.), **Reforma agrária**: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes: IBASE: FAO, 1994. p. 75-86.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Milton Santos, 2)

SARAIVA, F.E.B. Produção orgânica de alimentos: diagnóstico e perspectivas do arranjo produtivo no município de Pedro Leopoldo (MG). In: THEODORO, S.H; DUARTE, L.G; VIANA, J.N. (Orgs.). **Agroecologia**: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p.213-229.

SERVA, M. **A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa**. São Paulo: Editora FGV, 1997.

THEODORO, S.H; DUARTE, L.G. e ROCHA, E.L. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável In: THEODORO, S.H; DUARTE, L.G; VIANA, J.N. (Orgs.). **Agroecologia**: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p.19-35.

THEODORO, S.H; LEONARDOS, O.H; DUARTE, L.M.G. “Cerrado: o celeiro saqueado”. In: THEODORO, S.H; DUARTE, L.G (Orgs.). **Dilemas do Cerrado**: entre

o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 143-176.

TOURAINE, A. **Crítica da Modernidade**. Trad. Elia Ferreria Edel. Petrópolis: Vozes, 1997.

VILLAS BÔAS, F. L. **Mosaico de olhares**: um diálogo entre a Universidade de Brasília e o Assentamento Colônia I. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005 [1904].

WWF-BRASIL. **Produção e Exportação de Soja brasileira e o Cerrado 2001-2010**. Brasília: WWF-Brasil, 2012.

ANEXOS

Anexo A – Roteiro de Perguntas utilizado nas entrevistas semi-estruturadas

Roteiro de Perguntas a assentados/as

- Como você chegou ao Colônia I? Você participou da ocupação? (saber um pouco da história de vida da pessoa e como esta se liga à história do Colônia)
- Você é da Associação (e da cooperativa?) Quais atividades desenvolve na Associação (cooperativa)? Descobrir se o trabalho como produtor/a é a principal fonte de renda da pessoa...

1. Se não trabalhar com orgânicos:

- Com o que trabalha? Mudaria de emprego? Mudaria para que?
- O que acha de morar no campo? E na cidade (já morou, moraria)?

2. Se trabalhar com orgânicos:

- Como trabalha? Rotinas? Mudaria de emprego? Mudaria para que?
- O que acha de morar no campo? E na cidade (já morou, moraria)?

Sobre a relação Assentamento e orgânicos

- De onde surgiu a idéia de produzir orgânicos? (algum professor ou professora sugeriu, alguém do grupo já conhecia a produção sem agrotóxicos?)
- Você já conhecia a produção sem agrotóxicos?
- O que são produtos orgânicos? (conhecer a perspectiva deles/as a este respeito)

Sobre as famílias

- Não se envolveu na produção de orgânicos desde o início. Por que?
- Envolveu-se no início e hoje não produzem mais. Por que?
- Não se envolveu no início e hoje produzem (ou tem vontade). Porque?
- Envolveu-se no início e continuam produzindo. Por que?

1.1 Caso a pessoa Não esteja envolvida na produção de orgânicos

- Aprofundar no motivo do não envolvimento:
- Você já participou de cursos de capacitação no Assentamento? Se **não**, por que? Se **sim**, quais? Como foi? Quem deu o curso?
- Você introduziu algo novo (alguma técnica nova no cultivo) além do que aprendeu no curso?
- Tiveram mudanças no Assentamento (Associação) após a produção de orgânicos? Que mudanças?

Caso a pessoa produza agricultura familiar convencional

- Como é o manejo? Como aprendeu? Quem dá assistência técnica hoje? Quem já deu?
- Motivos que a levam a produzir convencional
- Motivos que a levam a não produzir orgânicos. (Tem alguma rejeição, admiração, indiferença? O que acha dos orgânicos?)

2.1 Caso a pessoa esteja envolvida na produção de orgânicos

- Quais as dificuldades da produção com orgânico? (estratégia que você usou para resolvê-las)?
- Quem dá assistência técnica para sua produção, manejo de orgânicos atualmente?
- Como era a sua produção (de sua família) antes de começar a produzir orgânicos, quem dava (como dava) assistência técnica?
- Tiveram mudanças no Assentamento após a produção de orgânicos? Que mudanças?
- Tiveram mudanças na sua vida, na sua família depois que passou a produzir orgânicos? (na alimentação, na renda da família, no pensamento da pessoa, na expectativa de permanecer na zona rural)
- Qual a diferença entre a associação do Colônia e a cooperativa do Colônia? (tentar perceber onde “associação” e cooperativa se interligam e onde se separam, que conflitos há)

Políticas Públicas

- Qual foi o papel da extensão rural universitária (UnB) na assistência técnica no Colônia I?
- Qual leitura você faz das políticas públicas voltadas para a Agroecologia no contexto de Reforma Agrária?
- O que você espera do futuro no campo?

Anexo B – Fotografias do Local



Figura 06 - Elias, produtor “convencional”, aplicando agrotóxicos em sua plantação.



Figura 07 - Preparo de agrotóxicos.



Figura 08 – Produção de alimentos orgânicos de Osmar.



Figura 09 - Parcela Rural de Osmar: produção, casa de barro em construção e estufa ao fundo.



Figura 10 - Regador que Antônio utilizava para irrigar sua produção “convencional” antes de adquirir poço artesiano.



Figura 11 - Casa de Antônio.



Figura 12 - Antônio mostrando a doença da goiaba ao explicar porque utiliza agrotóxicos.



Figura 13 - Fotos do período inicial do Assentamento mostradas por Antônio.



Figura 14 - Caminho entre as parcelas rurais do Assentamento Rural Colônia I e a parada de ônibus, crianças voltando da escola.



Figura 15 - Ônibus escolar



Figura 16 - Região central de Monte Alto, Padre Bernardo (GO).



Figura 17 – Região central de Brazlândia (DF).



Figura 18 - Tomates orgânicos produzidos por Osmar.



Figura 19 - Cenouras orgânicas vendidas por Deusmar.

